

**UniCEUB - Centro Universitário de Brasília**

**FAFI**

# **Monografia**

## **A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA NAS ÁREAS DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL**

**MARINÚVIA DO NASCIMENTO GOMES BRAVIM**

**PROF<sup>a</sup>. ORIENTADORA: ODETE REZENDE RONCADOR**

**Brasília - abril de 2001**

**MARINÚVIA DO NASCIMENTO GOMES BRAVIM**

**A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA NAS ÁREAS DO  
ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL**

PROPOSTA DE MONOGRAFIA APRESENTADA AO CURSO DE  
GEOGRAFIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA -  
UniCEUB

Brasília - abril de 2001

## **Agradecimentos**

**A Deus por nos conceder a vida.**

**Aos meus pais, por tudo o que fizeram a meu favor.**

**Ao meu esposo e aos meus filhos pelo incentivo e carinho.**

**Aos meus professores que também muito contribuíram para a realização deste trabalho.**

**SUMÁRIO**

## CAPITULO I

<b>1. Introdução.....</b>	<b>06</b>
<b>1.1 Problemática.....</b>	<b>08</b>
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>09</b>
<b>1.3 Justificativa.....</b>	<b>10</b>
<b>1.4 Metodologia Aplicada.....</b>	<b>11</b>
<b>1.5 Cronograma.....</b>	<b>12</b>

## CAPITULO II

<b>2.Assunto e Sua Abrangência.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Os vícios estatístico-demográficos dos estudos de população</b>	<b>16</b>
<b>2.2 O Problema do Caso em Estudo.....</b>	<b>20</b>
<b>2.3 Antecedentes Movimentos Migratórios.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4 Deslocamentos populacionais como imposições dos fluxos econômicos.....</b>	<b>24</b>
<b>2.5 Outras dimensões dos movimentos migratórios.....</b>	<b>28</b>

## CAPITULO III

<b>3.A Região do Entorno de Brasília.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1 Histórico.....</b>	<b>35</b>

## CAPITULO IV

<b>4.Crescimento Populacional X Políticas Públicas.....</b>	<b>41</b>
<b>4.1 Movimentos Migratórios e as Diferenças de Renda Per Capita.....</b>	<b>43</b>
<b>4.2. A Realidade Migratória no DF e Na Região do Entorno nos Últimos Anos.....</b>	<b>45</b>
<b>4.2.1 A migração e o processo de ocupação do solo no DF.....</b>	<b>45</b>
<b>4.2.2 A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito</b>	

<b>Federal e Entorno RIDE.....</b>	<b>57</b>
<b>4.3 A Evolução Demográfica da Região do Entorno.....</b>	<b>62</b>
<b>4.4 A Migração na RIDE.....</b>	<b>65</b>

## **CAPITULO V**

<b>5. Violência na Área do Entorno do DF.....</b>	<b>72</b>
<b>6 . CONCLUSÃO.....</b>	<b>77</b>
<b>7 . BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>80</b>

## **CAPITULO I**

## 1. INTRODUÇÃO

A explosão demográfica que o Distrito Federal vem sofrendo ao longo dos últimos anos é o tema central deste estudo, que inicialmente focalizará sua análise na observação dos movimentos populacionais, seus impactos na economia da região, visando revelar a qualidade de vida nas áreas com maior densidade populacional.

Obviamente um estudo deste porte não pode e nem deve ser tratado com um enfoque meramente de observações estatísticas, pois a análise de números, se por um lado facilita a vida do pesquisador, por outro reduz a meros dados a população a ser pesquisada e, definitivamente, o objetivo deste trabalho não é reduzir a população a números, pois o seu foco é apresentar o tipo de homem que vive nestas áreas e cuja população sofreu um crescimento desordenado.

Buscaremos explicações para seu atual padrão de vida, que políticas públicas podem alcançá-lo e sobretudo quais são suas necessidades imediatas, a nível da construção de uma nova relação social, desprovida de preconceito e humanamente aceitável para uma nova sociedade.

Estudaremos o crescimento populacional objetivando visualizar soluções, que na literatura conhecida não fogem muito aos problemas apresentados e que veremos mais adiante. É fundamental, longe de querer controlar este crescimento, ou mesmo de ter uma postura xenófoba de

repatriação desse contingente populacional - aliás, esse pode ser mais um objeto de estudo - conhecer profundamente os hábitos de vida, o trabalho e o relacionamento social dessa população, e o que motivaria a migração desse contingente populacional para o Distrito Federal, em particular para a região do entorno.

Estudar este momento de construção social é uma oportunidade impar para poder melhor vislumbrar como funciona a lógica do capitalismo nas regiões periféricas do globo, partindo do pressuposto que essas atividades são necessariamente fruto de uma contingência de ação política frente às demandas sociais ora estudadas, pois a ausência da ação social do Estado nessas regiões, tanto do ponto de origem migratória como de chegada dela, apresentam características peculiares de total ausência de políticas sociais que permitam enfrentar a sobrevivência em seu local de origem. Esse aspecto será analisado de forma mais precisa no contexto da monografia.

Dado estas considerações iniciais, passaremos a apresentar a problemática do estudo, seus objetivos, justificando-o posteriormente, e por fim explicitaremos a metodologia a ser aplicada neste trabalho monográfico.

## **1.1 PROBLEMÁTICA**

Com o passar dos anos a região do entorno do Distrito Federal vem sofrendo um crescimento na sua taxa de população, provocada não somente pelo crescimento vegetativo, mas sobretudo por efeito de migrações.

Com esta realidade posta e sobretudo com a preocupação de analisar os motivos que levaram a essa explosão demográfica, suas conseqüências para a região, com seus impactos sócios - ambientais e fundamentalmente para poder radiografar as reais condições de vida desta população, que por hora fazem parte da problemática apresentada, temos um amplo campo de pesquisa.

Contudo, ao analisar tais problemas que, repetimos, não são nenhuma novidade, principalmente se consultarmos a literatura sobre o assunto, devemos incluir neste momento um outro aspecto sobre a região aqui estudada, pela sua importância natural e sobretudo, pela sua localização no centro de poder político deste país. Analisar essa relação (níveis de pobreza x centro de poder político), como funciona esse binômio, seus reflexos para a região do entorno e como tem sido a preocupação de nossos governantes acerca da referida problemática, será um desafio.

E, finalmente, abordar em toda as possibilidades o que a explosão demográfica nas áreas do entorno do Distrito Federal significa para a população em geral e quais são seus reflexos sociais.



## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Gerais**

Analisar o crescimento populacional do entorno do Distrito Federal, suas causas e conseqüências e levantar seus impactos sócio-ambientais na vida da população do entorno de Brasília.

### **1.2.2 Específicos**

Caracterizar o que leva a motivação do processo migratório, seus principais pontos de origem e levantar seus impactos na economia da região.

Buscar, ainda, levantar o quadro dos principais problemas sociais do entorno, destacando a violência.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

O avanço da globalização no mundo, não mais polarizado entre duas superpotências, a construção e consolidação de mercados regionais como o Mercado Comum Europeu, o Mercosul, o NAFTA fazem com que a

economia do globo caminhe a passos largos rumo a uma multifacetada realidade do jogo da economia, transferindo para as regiões não polarizadas um grande ônus, por seu crescimento desordenado e incontrolável, isto é, fazendo com que as regiões periféricas representem boa demanda de consumo, provocada pela superexposição de produtos e serviços à disposição de novos consumidores.

A formação de novos mercados consumidores é uma necessidade cíclica do capitalismo globalizado que, ao invés de priorizar o crescimento ordenado, incentiva o “inchamento” de regiões ou cidades, onde pode alocar mão de obra barata e começar a preparar um mercado consumidor para seus produtos. Longe de ser uma política planejada, o aparecimento de grandes metrópoles não é mais nenhuma novidade; a novidade é justamente se deslocar dos eixos do crescimento econômico, como vimos na década de 70 e 80 no Rio e em São Paulo. O deslocamento do eixo migratório revela não só o deslocamento do crescimento do capitalismo em áreas até então esquecidas, mas sobretudo uma necessidade voraz de novos mercados consumidores, fruto da emergente relação globalizada.

Reside nesta análise a fonte deste trabalho monográfico, pois vai permitir a análise da formação desta região econômica, percebendo os movimento de investimentos e que tipo de evolução produtiva ocorre na região, para depois tomar, observando a realidade, conclusões acerca do crescimento desordenado provocado pela migração populacional e estudar a fundo todas as questões embutidas neste perverso jogo de avanço do capitalismo para as regiões periféricas.

## 1.4 METODOLOGIA APLICADA

Para realização deste trabalho monográfico será utilizado a pesquisa bibliográfica, a consideração da literatura conjuntamente com os resultados dos últimos censos do IBGE e a verificação em bancos de fomento da quantidade de investimentos na região, aliada a uma pesquisa da ação governamental que, tanto a nível federal como regional, serão decisivas para elucidação deste trabalho monográfico.

No que se refere a metodologia em si, usaremos o método dialético para melhor interpretação dos fatos a serem analisados. Segundo a Prof<sup>a</sup> Maria Constant Vergara, dos cursos de doutorado, mestrado e especialização da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas - F.G.V. “...o método dialético é concebido pelo fato, de que a sua interpretação sempre levará em conta o sujeito e o ambiente que ele vive, um sofrendo influência e influenciando o outro, negando e se afirmando ao mesmo tempo, isolando o objeto de estudo e sua interação com o todo, o método dialético avança rumo a todas as direções sem entretanto perder a perspectiva do objeto de estudo. De alguma forma, mutuamente se relacionam forças que se atraem e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, se repelem. É a contradição que permite a superação de determinada situação, ou seja a mudança..”.

Neste caso o objeto de estudo é a explosão demográfica no entorno de Brasília sua relação com o avanço do capitalismo e suas conseqüências nas áreas de sua influência.

## 1.5 CRONOGRAMA

DIAS \ ATIVIDADES	ABRIL			MAIO			JUNHO		
	02 A 10	11 A 20	21 A 30	01 A 10	11 A 20	21 A 31	01 A 10	11 A 20	21 A 20
Apresentação do Projeto de Pesquisa									
Alterações do Projeto de Pesquisa									
Execução da 1ª fase do projeto (leitura e levantamento de dados)									
Execução da 2ª fase do Projeto ( análise e levantamento de dados complementares)									
Redação do Trabalho Final									
Revisão e Nova Redação									
Apresentação do Trabalho Final									

## CAPITULO II

### 2. ASSUNTO E SUA ABRANGÊNCIA

As abordagens dos estudos de população e de migrações, especialmente aquelas feitas em nome da Geografia da População, têm se caracterizado pelo reducionismo demográfico, estatístico e econômico. Mas, de alguns pensadores não-geógrafos do presente e da formulação antropogeográfica, proposta por F. Ratzel<sup>1</sup>, ainda no século XIX, é possível extrair algumas idéias bastante inspiradoras para novas abordagens que queiram considerar outras dimensões, que não apenas as econômicas, dos deslocamentos humanos. Este trabalho pretende indicar, entre essas idéias, aquelas mais apropriadas para fortalecer o espírito de tolerância, o respeito à diversidade e aos direitos humanos, incluindo liberdade de pensamento e de movimento, com as quais deveríamos nos guiar para enfocar os deslocamentos migratórios.

Este será um debate travado com todos aqueles que de alguma maneira se sentem um pouco lesados, ou diminuídos de sua humana condição, todas as vezes que se deparam com análises populacionais que reduzem seres humanos a números, ou a resíduos biológicos (famintos ou sedentos) e econômicos (força de trabalho ou desempregados), cuja única meta de vida é a da sobrevivência imediata.

Contudo, este aspecto referido acima, é na verdade o ponto de partida para este trabalho monográfico. O que nos parece, em um primeiro

---

<sup>1</sup> RATZEL, F. *La Terra E La Vita/ Geografia Comparativa* (Vol. II). Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1907. 836 p.

momento é a consideração dos problemas que a região do Entorno de Brasília vem sofrendo com a explosão demográfica, suas principais consequências para a vida dessa população e sobretudo as consequências econômicas - sociais que vem a reboque de fluxo populacional.

Esse aspecto será analisado de forma mais precisa no contexto da monografia.

Desafios que certamente nos fazem perceber que o estudo de populações, não mais na visão estatística, mas sobretudo humana, faz deste trabalho monográfica um momento adequado, para longe do rigor acadêmico, percebemos que a vida de seres humanos, estão sendo analisadas, na tentativa de formula políticas públicas para quem sabe, quando o Governo Federal inverter o fluxo de investimentos públicos dos

---

agiotas internacionais, para investir em proposta que dêem solução a uma parcela considerável da sociedade. Iremos analisar isso em um capítulo a parte, contudo, achamos interessante prevenir o leitor, que certamente nesta análise, não pouparemos esforços para encontrar o cerne desta tão dolorosa questão, por mais que seja em uma determinada região. Por conseguinte não menos importante, até pelo motivo, que os problemas localizados na área do Entorno, são os mesmos de outras áreas que apresentam tal dinâmica populacional, sempre ressaltando as suas diversas particularidades.

Num primeiro capítulo pós a introdução, iniciaremos o estudo pelo conceitos e visões sobre o Movimento Migratório, partindo da análise já abordada acima, e visualizando os resultados do Censo 2000, sob a ótica de humanização desses dados. Incluindo uma rápida análise sobre os números a nível de País.

No capítulo seguinte já entraremos no estudo em si da área escolhida para ser o palco deste trabalho monográfico, os dados retirados dos últimos Censos (particularmente o Censo de 91 e a contagem populacional de 96, com os resultados recém liberados do último Censo), analisando as características sócio-populacionais da região abordada.

Ao que se refere a políticas públicas, referidas acima, estudaremos no terceiro capítulo, seguindo-se de uma breve observação sobre o movimento migratório e sua relação com a renda *per capita* da região do Entorno de Brasília.

E por fim iremos discutir na última parte deste trabalho, os resultados parciais do Censo 2000 sobre a referida área, e correlaciona-la com um dos objetivos específicos, que é a questão da violência.

Na conclusão, além dos resultados obtidos com a investigação científica, adotaremos, mesmo sabendo de nossas limitações, a posição propositiva com relação as conclusões, propondo soluções, ou minimamente apresentando outros momentos de estudo, ou até mesmo aprofundamento deste tema.

## **2.1 Os vícios estatístico-demográficos dos estudos de população**

Nos manuais de geografia humana, nos capítulos dedicados aos estudos de população, invariavelmente aponta-se o período posterior à II Guerra Mundial — década de 50 —, como aquele em que florescem os trabalhos e análises geodemográficas que justificam o estabelecimento de uma subdisciplina especificamente dedicada aos assuntos de população no âmbito da geografia.

Carências de informação estatística consistente, ausência de regras para unificação e coleta de dados, fraco interesse pelas questões demográficas e prevalecimento ainda de relações coloniais entre muitos países, são, entre outros, os argumentos evocados para justificar o desinteresse, anterior aos anos 50, por uma geografia dedicada aos estudos de população.



No entanto, as modificações experimentadas pelo mundo após a II Guerra, tanto no plano das novas realidades políticas e econômicas que passam a ser enfrentadas pelos países e suas populações, como no plano institucional das relações entre esses países, através, por exemplo, da fundação e reconhecimento da ONU e especialmente sua divisão dedicada aos assuntos populacionais, UNFPA — Fundo das Nações Unidas Para a População —, fizeram com que a situação de interesse pelas questões demográficas também mudassem radicalmente. Segundo Rafael Puyol:

"A evolução demográfica posterior à II Guerra Mundial indicou novos e graves problemas, com diferentes significados para os países desenvolvidos e para o Terceiro Mundo, que tornaram a população um tema de interesse social, de que antes carecia. Outras ciências, como a Demografia, à qual a Geografia da População deve importantes aportes metodológicos, experimentaram, de certo modo, o mesmo processo <sup>2</sup>

Talvez fosse possível acrescentar que caminhos não muito diferentes foram também experimentados pelas disciplinas sociológicas, econômicas, ecológicas etc., vinculadas aos temas populacionais e dependentes dos desenvolvimentos conquistados pela demografia.

---

<sup>2</sup> Puyol, Estebanez e Mendez, 1995, p. 52.

Em geografia, trabalhos como os produzidos por Pierre George e Glen Trewartha <sup>3</sup>, por tratarem exclusivamente do tema população, são considerados pioneiros na sistematização, instituição e estabelecimento das diretrizes e modelos teóricos da nova disciplina.

Mas, independentemente dessas matrizes mais recentes e específicas a cada um dos campos disciplinares interessados nos estudos populacionais, há uma concordância na indicação das fontes teóricas mais remotas que teriam inspirado inclusive muitas das formulações atuais. No caso específico da demografia, Hervé Le Bras afirma o seguinte:

"Todos os demógrafos, que quase nunca estão de acordo, reconhecem, no entanto, que J. Graunt fundou sua disciplina ao publicar em Londres, em 1662, suas *Observações naturais e políticas*. A obra marca também o nascimento da aritmética política: primeira tabela de mortalidade, primeiras comparações entre populações, entre cidades ou entre Estados, primeira indicação de riscos de mortalidade segundo o ano e a causa etc.<sup>4</sup>

E no caso das demais disciplinas que, a despeito dos enfoques mais sociológicos, econômicos ou geográficos, possam ser caracterizadas como demográficas, são evidentes as influências exercidas pelo pensamento dos mesmos inspiradores do liberalismo clássico, de seus seguidores,

---

<sup>3</sup> Segundo Puyol, op. cit., esses trabalhos pioneiros são:  
GEORGE, P. *Introduction à l'étude géographique de la population du monde*. Paris: P.U.F., 1951.  
TREWARTHA, G. A case for population geography. *Annals Assoc. Amer. Geog.*, 43.2 (1953).

<sup>4</sup> Le Bras, 1997, p. 214.

contestadores etc., tais como Adam Smith, David Ricardo, Thomas R. Malthus, K. Marx, F. Engels, entre outros.

Bastam essas breves indicações para entendermos os vícios demográficos (descritivos, quantitativos e estatísticos) que acompanham os estudos de população nos mais diversos campos disciplinares.

Em geografia, por exemplo, os vícios mencionados, além de conduzirem muitos dos "geodemógrafos" a nutrirem uma crença cega na precisão dos números, patrocinaram abordagens igualmente viciadas pelos reducionismos estatísticos e locacionais. Jaqueline Beaujeu-Garnier chega a proclamar na introdução de sua já clássica obra dedicada ao assunto, *Geografia da População*: "Os números são a chave insubstituível da precisão e das comparações que constituem elementos para a classificação"<sup>5</sup> Pierre George, por sua vez, em texto homônimo, afirma: "A mais inelutável das razões da desigualdade entre os homens é hoje a sua origem geográfica, isto é, o lugar onde nascem"<sup>6</sup>. Ou seja, para desenvolver a geografia da população que então nascia, bastava conjugar os seguintes verbos: localizar, descrever e quantificar.

## 2.2 O Problema do Caso em Estudo

---

<sup>5</sup> Beaujeu-Garnier, 1971, p.19.

<sup>6</sup> George, 1971, p. 10.

Com o passar dos anos a região do entorno do Distrito Federal vem sofrendo um crescimento na sua taxa de população, provocada não somente pelo crescimento vegetativo, mas sobretudo por efeito de migrações.

Particularmente a região formada pelo Distrito Federal e pelos dez municípios goianos mais próximos sofreram uma explosão demográfica. De 1991 até o ano passado o número de habitantes aumentou 38,9%, passando de 1.978.746 para 2.748.086 <sup>7</sup>, contrariando a tendência “dos últimos 40 anos em todas as áreas metropolitanas tiveram uma redução na sua velocidade de crescimento o que é uma tendência mundial” explica o Sr. Júlio Miragaya<sup>8</sup>

Abordar em toda as possibilidades o que a explosão demográfica nas áreas do entorno do Distrito Federal significa para a população em geral e quais são seus reflexos sociais, é a nossa missão em particular neste trabalho monográfico com aprofundamento em outro capítulo desta temática.

### **2.3 Antecedentes Movimento Migratórios**

---

<sup>7</sup> Segundo dados do Censo 2000

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao Correio Braziliense, em 16/02/2001

### **A população como ameaça e as falsas projeções demográficas**

As descrições estatístico-locacionais prestaram-se muito bem para desenvolver a versão geográfica do mesmo reducionismo economicista que, em maior ou menor escala, assenhorou-se dos estudos populacionais promovidos pelas mais diversas áreas do conhecimento. Por essa razão a dinâmica da população e de seus movimentos têm sua análise quase sempre reduzida aos ditames das necessidades econômicas, das desigualdades entre as regiões e entre os países, num mundo cuja totalidade é vista como uma espécie de justaposição dos interesses desses mesmos países e assim por diante.

A população, nesse caso, é invariavelmente descrita como um fenômeno numérico que cresce e ameaça o conteúdo econômico das estabilidades geopolíticas consagradas pelo jogo entre as nações e a análise de seus deslocamentos — movimentos migratórios —, circunscreve-se aos limites estabelecidos por esse tipo de percepção, ou seja, ora são entendidos e descritos como função de uma necessidade estimulada pela geopolítica dos Estados em atendimento a uma necessidade econômica qualquer, ora como função de uma restrição provocada por variações conjunturais dessa mesma necessidade.

George e Beaujeu-Garnier, nas obras há pouco mencionadas, não vacilaram em caracterizar o fenômeno populacional com expressões tão eloqüentes como "vertigem demográfica" (George) ou "maré humana" (Beaujeu-Garnier), as formas como esses autores se referiram aos próprios perfis de crescimento populacional com os quais normalmente introduziam

suas análises: "A população do mundo duplicou primeiro em 2000 anos, entre a Antiguidade e a Idade Moderna, depois em dois séculos, de 1650 a 1850, em menos de um século de 1850 a 1940, e finalmente numa geração... Não é exagero falar-se de uma vertigem demográfica <sup>9</sup>.

De maneira bastante semelhante a essa descrição exponencial do perfil de crescimento populacional, Beaujeu-Garnier abre a introdução de seu livro exclamando: "Poder-se-á perguntar até onde irá essa maré humana e quanto tempo nosso pequeno planeta poderá conter e, acima de tudo, alimentar todos esses milhões..."<sup>10</sup>.

Aparentemente, nesse tipo de abordagem faz-se apenas projeções demográficas com o intuito de se discutir os melhores caminhos e medidas para promover o bem estar das populações humanas. Na prática, como bem nos alerta Le Bras em seu livro *Los límites del planeta/ Mitos de la naturaleza y de la población*, tais projeções são geopolíticas e ilustram os temores de perda de estabilidade e de poder econômico e geopolítico desfrutados pelos centros difusores e produtores dessas abordagens.

Segundo demonstra Le Bras, especialmente no capítulo 12 — *Espejos de La Previsión* —, de sua mencionada obra, desde 1925, quando o demógrafo inglês A. M. Carr-Saunders publicou pela primeira vez um mapa que mostrava na escala do planeta o crescimento das populações, uma sucessão de previsões e projeções demográficas foram produzidas, ora

---

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>10</sup> Beaujeu-Garnier, 1971, p.19

superestimando, ora subestimando, os crescimentos de parcelas da população mundial, de acordo com os interesses e/ou ameaças que os contextos específicos pretendiam divulgar.

Assim, no mapa pioneiro de Carr-Saunders, o que hoje denominamos de países do terceiro-mundo apresentavam uma taxa de crescimento bastante baixa, se comparada com a dos que viriam a compor o primeiro mundo e isto se tornaria um argumento demográfico para justificar a ocupação, por parte destes últimos, dos espaços pouco povoados dos países do sul. Em outros momentos, durante o período áureo da Guerra Fria, as projeções invariavelmente apresentavam altos crescimentos populacionais para os países do leste europeu, especialmente na antiga URSS, e um baixo ritmo de crescimentos dos países do oeste e, dessa forma, o comportamento demográfico ilustrava a ameaça socialista à estabilidade capitalista.<sup>11</sup>

Hoje, ainda segundo Le Bras, "o temor ecológico volta a colocar na moda os malabarismos com os efetivos populacionais"<sup>12</sup>. E as populações que já foram peça importante para alertar sobre as ameaças ao equilíbrio geopolítico entre países do norte e do sul, que já ameaçaram também a estabilidade do padrão de acumulação ocidental, atualmente foram promovidas à condição de séria ameaça à estabilidade do planeta como um todo: "Meio ambiente e ecologia unem-se aqui para restaurar a velha

---

<sup>11</sup> Cf. Le Bras, 1997, p. 197-211

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 209.

ideologia do poder do número, mas em um nível que supera o da geopolítica<sup>13</sup>.

Com a aparência de que estão descrevendo e examinando desinteressadamente apenas as dinâmicas das populações, seus desdobramentos e fatores, ou, agora, a estabilidade e o equilíbrio ambiental do planeta, em todas as suas latitudes, muitos analistas têm na verdade é contribuído para travestir de análises demográficas as preocupações e discussões acerca dos melhores caminhos para o desenvolvimento e manutenção de interesses econômicos e geopolíticos, que geralmente beneficiam apenas parcelas minoritárias dessas populações e em latitudes muito precisas.

## **2.4 Deslocamentos populacionais como imposições dos fluxos econômicos**

Entre os desdobramentos e fatores da dinâmica populacional, os movimentos migratórios, invariavelmente são analisados segundo as mesmas perspectivas a que nos referimos: em geral são enquadrados e vistos como fatos a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos mencionados, isto é, são tratados como indicadores demográficos dos fluxos econômicos do padrão de acumulação global e das disputas políticas que daí advém.

---

<sup>13</sup> *Ibid.*, cap. 6.



Esse padrão, como sabemos, elegeu a cidade como *locus* privilegiado para o controle, gerência e execução de suas estratégias produtivas e acumulativas. A partir daí expandiu a espacialidade urbana, convertendo-a numa trama de alcance planetário, capaz de impor seus ritmos, suas necessidades de divisões sociais e técnicas do trabalho a todos os lugares e a todos os agrupamentos sociais.

Nesse contexto é natural que os movimentos de urbanização tenham se tornado os mais importantes entre os deslocamentos migratórios, tanto considerando as quantidades de pessoas por eles envolvidas, como considerando o significado que a consagração do sistema urbano de referências tem para o próprio padrão de acumulação globalmente instalado.

A urbanização, nesse caso, torna-se sinônimo de adesão a esse padrão e é assim divulgada e estimulada, mesmo que não restem quaisquer outras opções nesse processo de "adesão".

Segundo previsões do Fundo das Nações Unidas Para a População (UNFPA), por volta de 2030 se concentrarão nas zonas urbanas 4,9 bilhões de pessoas, 60 por cento da população mundial, contra um índice de 47 por cento da atualidade. Para regiões específicas como América Latina e Caribe ou Europa e América do Norte, o informe do UNFPA prevê índices maiores ou iguais a 83 por cento de urbanização<sup>14</sup> :

---

<sup>14</sup> Cf. UNFPA, 2001

Esses movimentos projetados pelo fundo de população da ONU, embora tenham uma expressão internacional e reflitam, evidentemente, a forma como cada país ou região do globo participa do processo de acumulação global, são classificados como migrações internas. As migrações internacionais que, quantitativamente falando, abrangem um número bastante inferior àquele envolvido pelo processo de urbanização, aparecem assim como movimentos compensatórios aos problemas, conflitos e crises gerados pela movimentação principal. Entre os estímulos que promovem as migrações internacionais, o documento do UNFPA aponta os seguintes:

"A busca por uma vida melhor para si e para sua família; as disparidades de recursos entre distintas regiões e no interior de uma mesma região; as políticas trabalhistas e migratórias dos países de origem e de destino; os conflitos políticos; a degradação do meio ambiente, incluindo a perda de terras de cultivo, florestas e pastos; o 'êxodo de profissionais', ou a migração dos jovens com maior grau de formação dos países em desenvolvimento para preencher as deficiências da força de trabalho dos países industrializados<sup>15</sup>".

Esse caráter compensatório e, até certo ponto, apêndice dos processos urbanos, com que são observadas tais migrações, explicita-se ainda mais com as argumentações e indicações presentes em um outro informe da mesma divisão de população da ONU, sobre o que denominam "migrações de reposição" (*replacement migration*, no original em inglês): "A expressão migrações de reposição é utilizada para definir o nível de migrações internacionais necessário em cada país para evitar a diminuição e o

---

<sup>15</sup> Cf. UNFPA, 2001

envelhecimento da população que resultam de taxas de fecundidade e de mortalidade baixas”<sup>16</sup>.

Evidente que aqui as indicações se referem basicamente às necessidades daqueles países e regiões do globo que majoritariamente ocupam posição de destaque e comando na rede urbana mundial, pois, como sabemos, são eles, salvo exceções, os mais "ameaçados" pelas baixas taxas de fecundidade e mortalidade que, entre outras conseqüências, apontam para um grande envelhecimento de suas populações, diminuição da força de trabalho ativa e aumento das despesas sociais.

De fato, os países examinados no informe são: Alemanha, Estados Unidos, Rússia, França, Itália, Japão, Reino Unido e República da Coreia, além de duas regiões — Europa e União Européia. Entre outras conclusões, apontam-se as seguintes: "Em termos relativos, Alemanha e Itália necessitariam o número mais elevado de imigrantes para manter o tamanho de suas populações ativas. Itália necessitaria anualmente 6.500 migrantes por milhão de habitantes e Alemanha necessitaria 6.000. Os Estados Unidos precisaria menos — 1.300 imigrantes por milhão de habitantes anualmente.

<sup>17</sup> .

---

<sup>16</sup> UNFPA, *Replacement Migration*, [www.un.org/esa/population/unpop.htm](http://www.un.org/esa/population/unpop.htm) disponível em , em março de 2001.

<sup>17</sup> *Ibid.*

Como se vê, as populações, especialmente as mais pobres, concentradas nos chamados países "em desenvolvimento", que quase sempre são tratadas como uma espécie de ameaça às estabilidades econômicas, geopolíticas, ideológicas ou ambientais, são, dessa maneira, promovidas agora à condição de "peças de reposição" do mecanismo global.

## **2.5 Outras dimensões dos movimentos migratórios**

Apenas com o que vimos abordando até aqui, já se pode ter uma boa idéia dos parâmetros e referências que esquadriham as análises, projeções e outras considerações acerca dos movimentos migratórios. Confirmam o que de início afirmávamos com relação aos estudos de população de uma maneira geral: a redução estatística, o privilégio as abordagens quantitativas e a eleição da dimensão econômica, senão como determinação exclusiva, pelo menos como subordinadora ou, então, como referência hegemônica no que diz respeito às orientações, estímulos e desencadeamentos das migrações humanas.

Não discutiremos aqui a importância da dimensão econômica, pois ela é óbvia. As influências exercidas pelos arranjos econômicos nas dinâmicas populacionais, especialmente no estímulo ou desestímulo aos deslocamentos dos agrupamentos humanos, são fatos incontestáveis. Sua consideração, além de útil e necessária, é obrigatória para quem se proponha a entendê-los seriamente.

Mas quando a intenção das análises não é a de se restringir a explicação do jogo econômico internacional, nem a de formular propostas dinamizadoras desse jogo, mas produzir conhecimento que seja capaz de contribuir para a compreensão da geografia do planeta e conseqüentemente de sua população, não se pode reduzir a abordagem apenas aos aspectos econômicos da questão.

Essa redução não só desvirtua o sentido histórico-cultural que as movimentações humanas apresentam, quando examinadas à luz de dimensões espaciais e temporais mais amplas, como também contribui para alimentar os inúmeros vícios interpretativos decorrentes de concepções equivocadas sobre os seres humanos.

Concepções essas que costumam ver os seres humanos como fragmentados e governados por uma hierarquia de necessidades (ou de liberdades), classificadas como básicas (consideradas fundamentais), quando vinculadas aos aspectos da chamada sobrevivência imediata (física, biológica ou econômica), ou como secundárias (e, portanto, supérfluas), quando vinculadas aos aspectos produzidos pelas diversas identidades culturais.

Portanto, do ponto de vista de abordagens interessadas na compreensão das populações e de suas dinâmicas, isto é, interessadas nas movimentações do seres integrais e culturais que as protagonizam, há que se considerar, por exemplo, que migrar é também difundir histórias, hábitos de cultura, memórias e ações ambientais pelos diversos cantos do planeta e,

ao mesmo tempo, absorver outras histórias, outras culturas, metabolizar outros ares, outros ambientes.

Sendo assim, as imposições das necessidades episódicas de padrões de acumulações transitórios, podem nem ser o mais importante a se considerar, nem ser tampouco o caminho mais indicado para elucidar o papel desempenhado pela condição humana no planeta, em todos os seus desdobramentos, que sabemos são inseparavelmente históricos, sociológicos, antropológicos, ecológicos, geográficos, econômicos, físicos, biológicos etc.

Sobretudo em tempos como os de agora, de subordinação das pessoas e dos lugares a um único e pretensiosamente global padrão de acumulação, a ampliação dos enfoques restritivamente estatístico-demográficos para a consideração das outras dimensões e desdobramentos que as migrações revelam e produzem, mais do que ser uma exigência cognitiva, impõe-se como uma espécie de imperativo ético.

Bastaria recordarmos algumas das características que presidem esses tempos, para entendermos o porquê. Embalado pelas referências do assim chamado neoliberalismo, o processo de subordinação global não têm medido esforços para conquistar suas metas de assenhoreamento do planeta.

Dessa forma, o individualismo, a competitividade e a concorrência, independentemente da lisura dos meios empregados, têm sido alguns dos valores mais difundidos. A imposição de regras de consumo e produção

(especialmente de produtos agrícolas), a redução dos programas sociais, a privatização das conquistas e das necessidades públicas, o arrocho salarial e financeiro, têm sido as indicações mais comuns feitas pelos gerenciadores da globalização através de seus organismos gestores tais como FMI, BIRD e OMC.

E a fé cega na tecno-ciência e no mercado, têm sido a postura mais recomendada para aqueles que ainda não se sentem beneficiados pelo conjunto das ações globais. Como consequência dessas ações, aprofundam-se as desigualdades entre países e regiões, avoluma-se o endividamento externo dos integrantes do chamado Terceiro Mundo, estreita-se o controle monetário das economias, o desemprego atinge níveis preocupantes, aumenta a pobreza, as classes médias perdem qualidade de vida, recrudescem toda ordem de conflitos, dos trabalhistas aos nacionais, dos étnicos aos religiosos.

Se prosseguíssemos nessa listagem de consequências chegaríamos, por fim, ao rol completo dos ingredientes daquilo que M. Santos denominou de "globalização perversa"<sup>18</sup>, em que, para arrematar a lista, "alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção"<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Santos, 2000

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 20.

Diante desse quadro, de uma "época de globalitarismo muito mais que de globalização"<sup>20</sup>, é normal que entre as "soluções" adotadas, para fazer frente às conseqüências mencionadas, parcelas crescentes das populações atingidas se desloquem, ou, se preferir, sejam deslocadas de seus lugares e engrossem as estatísticas de migração.

Em primeiro lugar, como já mencionamos, aparecerão os deslocamentos em direção às cidades, refletidos nas estatísticas de urbanização. As migrações internacionais, no entanto, apesar de atualmente envolverem números menores de contingentes populacionais, intensificam-se e exigem maior consideração, conforme reconhece o próprio UNFPA<sup>21</sup>.

Obviamente, diante dos fatos promovidos pela perversidade econômica e principalmente diante dos valores morais de que ela têm se valido, a presença dos migrantes é que será vista como ameaça; a invasão dos "estrangeiros", vindos dos campos e das cidades, do próprio país ou de outros países, conseqüentemente, só tende a agravar os conflitos, as intolerâncias, os preconceitos e a xenofobia, como manifestações de um mecanismo de transferência, para as vítimas do processo, dos ódios e das revoltas que as percepções reducionistas não conseguem canalizar para as matrizes verdadeiramente geradoras das mazelas globais.

---

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>21</sup> Segundo UNFPA, 2001: "A migração internacional também está exigindo maior atenção. Embora os migrantes representem ainda cerca de 2 por cento da população mundial, aumenta o número atualmente, 125 milhões — de pessoas que vivem fora de seus países de origem



É por essa razão que a ampliação dos enfoques restritivamente estatístico-demográficos, para a consideração de dimensões qualitativas que evidenciem também as identidades e os traços comuns existentes entre todos os seres humanos, e não só as incompatibilidades momentâneas que arranjos transitórios da política e da economia costumam cultivar em prol de interesses imediatistas, torna-se um imperativo ético que vai além de uma exigência de complementação cognitiva.

A materialização dessa necessidade ético-cognitiva pode se dar através do estímulo a formulações que se proponham a observar os movimentos migratórios de uma perspectiva daqueles que migram, realçando valores de tolerância, de respeito à diversidade, de cooperação e de solidariedade, em oposição ao cinismo, ao egoísmo e a pretensão de homogeneidade, que têm lastreado a competitividade e a exclusão global.

Tais abordagens, solidárias aos que migram, não contribuiriam apenas para revelar algumas dimensões não muito presentes nas análises populacionais, especialmente naquelas feitas em nome dos estudos demográficos ou geodemográficos, mas, principalmente, poderiam contribuir para indicar que há possibilidade de inversão no sinal da perversidade promovida pelo atual padrão de acumulação, que dessa sua condição de "globalitarismo", poderia investir-se dos valores de uma democracia planetária, desde que o ritmo dos processos globais se apoiassem nos interesses das populações de todas as latitudes e não apenas nos dos padrões de acumulação que interessam a uma parcela restrita delas.

## **CAPITULO III**

### **3.A Região do Entorno de Brasília**

#### **3.1 Histórico**

O sítio de implantação do Distrito Federal, situado na Região Centro-Oeste, tem uma área de 5.814 km<sup>2</sup>. Fica delimitado ao norte e a sul, respectivamente, pelas coordenadas geográficas: 15° 30' e 16°03' - latitude sul, a leste pelo rio Preto e a oeste pelo rio Descoberto (CODEPLAN, 1994).

Esse quadrilátero de vários nomes, foi escolhido entre sonhos, profecias e trabalhos técnicos. Atendia-se assim a condicionantes políticos, administrativos, econômicos, religiosos e sociais.

Brasília foi prevista em sua concepção original com uma tal organização que limitava, inclusive, a sua população. Dentro dessa visão ela destinava-se a ser uma cidade administrativa, de concepção moderna e porte médio, circundada por um cinturão verde, sem problemas ambientais relevantes. Os serviços básicos foram projetados, dimensionados e implantados dentro dessa orientação.

Passadas quase quatro décadas, o Distrito Federal mostra um elevado grau de desenvolvimento e “inchação”, que em muito a afastou da antiga proposição, o que ocorreu como consequência de quadro de âmbito nacional.

A população, anteriormente prevista para 500.000 habitantes para o ano 2.000, atingiu em 01/07/99 a 1.969.868 habitantes e hoje ultrapassa a 2 milhões, com uma densidade de mais de 345 hab/km<sup>2</sup>, sendo que 98% deste total concentra-se na área urbana (IBGE-1999).

A Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (RIDE) é composta atualmente por 21 municípios e passará em breve a 22 com a agregação de Cabeceira Grande /MG. Cerca de 300.000 pessoas saem diariamente dessa área do entorno para Brasília, sendo que só de Águas Lindas são 45.000 pessoas. As taxas anuais de crescimento são de 2,62% para Brasília e de 7,56% para 10 cidades periféricas do DF (Correio Braziliense, Caderno Cidades – p.8, 19/03/00).

Como consequência da explosão demográfica de uma população com uma significativa faixa de poder aquisitivo médio a alto, desenvolveram-se rapidamente os setores de serviço, apoio e produção.

Na área rural, o preço atrativo da terra, a topografia suave favorecendo a mecanização, o desenvolvimento tecnológico possibilitando a correção de solos e os incentivos oferecidos foram bons atrativos. A pecuária, com menor expressão, também se faz presente.

Rapidamente o Distrito Federal transformou-se em um pólo desenvolvimentista, atraindo, cada vez mais, significativos contingentes populacionais, de todas as regiões do país. Acrescente-se a esse quadro toda uma população das áreas do entorno. As mais de cinco centenas de condomínios, entre rurais e urbanos, classificados como regulares, em fase de regularização e irregulares, tornam ainda mais crítica a situação fundiária do DF.

Está assim estruturado um novo quadro de ocupação e desenvolvimento da região. Esta evolução acelerada gerou uma defasagem nos serviços básicos, principalmente no que tange aos serviços de abastecimento de água, sistemas de esgotos, saúde e educação, como também tem provocado graves problemas sociais e ambientais.

### População de Brasília

Regiões Administrativas	1991 (1)	1996 (2)	96/91(%)	96/91(TMCA)
<b>Brasília</b>	213,76	199,02	-6,9	-1,4
<b>Gama</b>	136,21	121,63	-10,7	-2,2

Taguatinga	228,24	221,25	-3,1	-0,6
Brazlândia	41,12	47,72	16,1	3,0
Sobradinho	81,52	101,09	24,0	4,4
Planaltina	90,19	115,83	28,4	5,1
Paranoá	39,07	47,16	20,7	3,8
Núcleo Bandeirante	27,89	31,20	11,9	2,3
Ceilândia	364,28	342,83	-5,9	-1,2
Guará	97,37	102,91	5,7	1,1
Cruzeiro	51,23	55,73	8,8	1,7
Samambaia	127,43	157,40	23,5	4,3
Santa Maria	14,83	87,75	491,7	42,7
São Sebastião	17,40	44,18	153,9	20,5
Recanto das Emas	2,24	51,99	2221,0	87,6
Lago Sul	29,86	28,41	-4,9	-1,0
Riacho Fundo	5,68	21,37	276,2	30,3
Lago Norte	18,64	25,70	37,9	6,6
Candangolândia	14,13	13,83	-2,1	-0,4
<b>T O T A L</b>	<b>1.601,09</b>	<b>1.817,00</b>	<b>13,5</b>	<b>2,6</b>

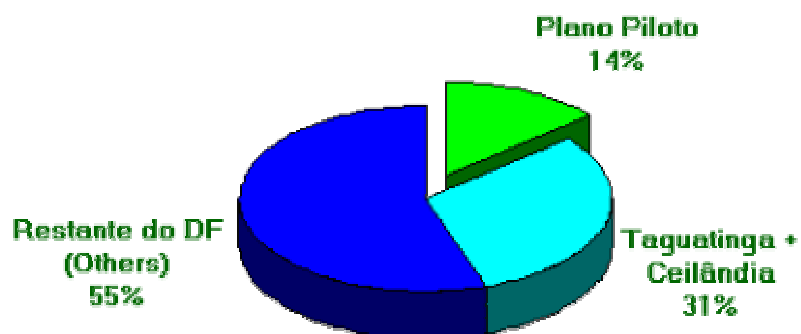
Notas:(1) População por setor censitário (x 1000)

(2) População do Censo de 1996 - Dados Preliminares (x 1000)

TMCA=Taxa Média de Crescimento Anual

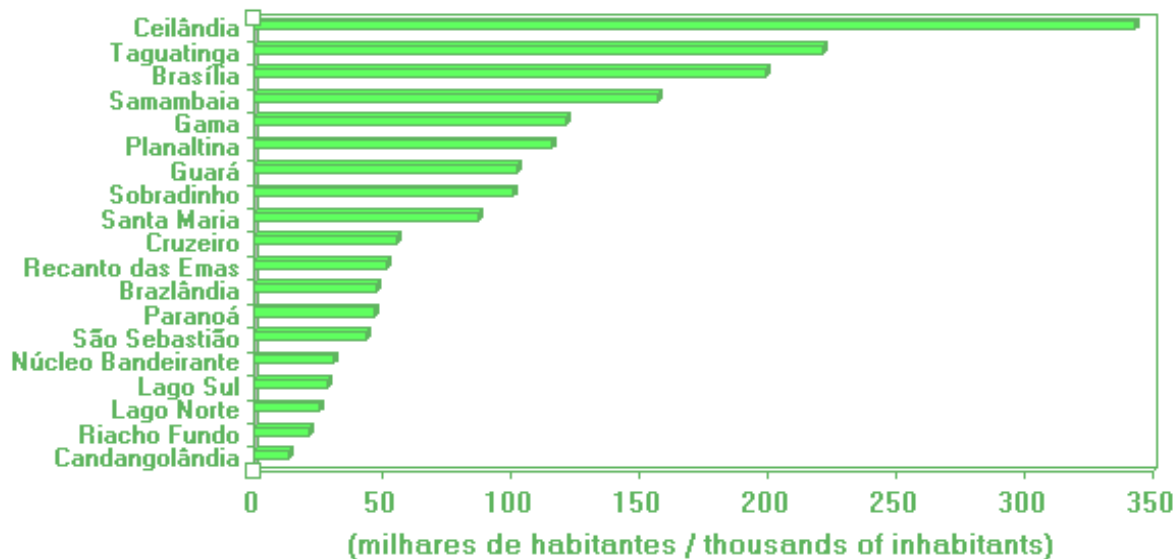
Fonte: CODEPLAN - IBGE - IDHAB/DF

### População de Brasília / Brasilia's Population - 1996



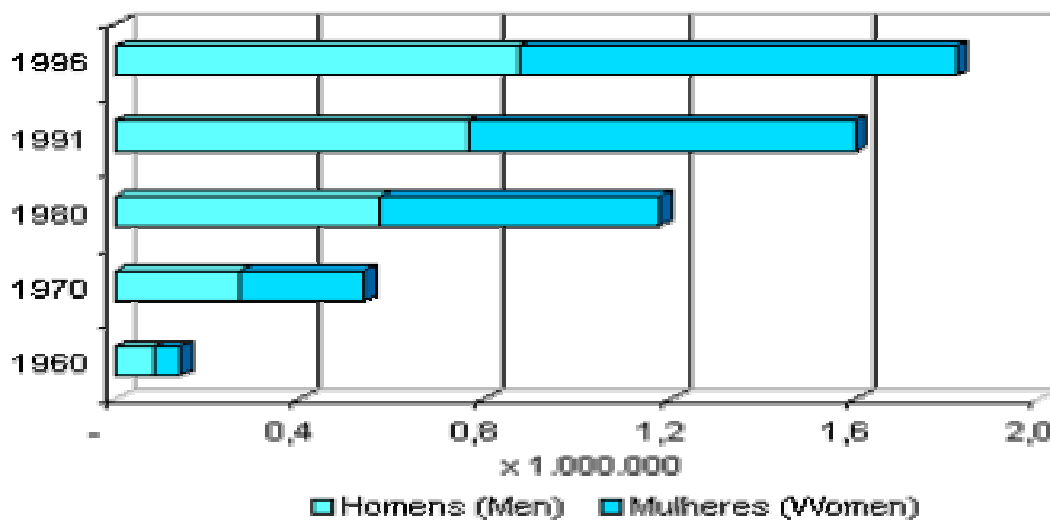
Obs: no gráfico acima "Plano Piloto" corresponde à soma das R.A. de Brasília, Lago Sul e Lago Norte.

### População de Brasília / Brasilia's Population - 1996



### Taxa de Crescimento da População do DF

#### População do Distrito Federal Population of the Federal District



### **Evolução da População Total do DF**

<b>Período</b>	<b>Média anual</b>	<b>No período</b>
<b>1960 a 1970</b>	<b>14,4%</b>	<b>283,5%</b>
<b>1970 a 1980</b>	<b>8,2%</b>	<b>119,0%</b>
<b>1980 a 1991</b>	<b>2,8%</b>	<b>36,0%</b>
<b>1991 a 1996</b>	<b>2,6%</b>	<b>13,8%</b>

Fonte dos dados :CODEPLAN – IBGE

### **População do DF - Total e por sexo**

<b>Ano</b>	<b>Pop. Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>1960</b>	<b>140.165</b>	<b>87.202</b>	<b>52.963</b>
<b>1970</b>	<b>537.492</b>	<b>270.389</b>	<b>267.103</b>
<b>1980</b>	<b>1.176.935</b>	<b>573.724</b>	<b>603.211</b>
<b>1991</b>	<b>1.601.094</b>	<b>768.550</b>	<b>832.544</b>
<b>1996</b>	<b>1.821.946</b>	<b>873.914</b>	<b>948.032</b>

Fonte dos dados: CODEPLAN – IBGE

## **CAPITULO IV**



#### **4.Crescimento Populacional X Políticas Públicas**

O ideal da descentralização político-administrativa no país foi se definindo ao longo dos anos 80 para ser, finalmente, incorporado à Constituição Federal de 1988. Esta carta constitucional, se por um lado, favoreceu os municípios no sistema de repartição dos recursos financeiros entre União, Estados e Municípios por outro, aumentou as suas responsabilidades na formulação e implementação de políticas públicas ( reforma e desenvolvimento urbano, por exemplo) e sociais (principalmente, educação e saúde).

Nesse contexto, as distintas instâncias de administração, desde os formuladores e repassadores de políticas a nível central, até as prefeituras, que passaram a ser responsáveis pela elaboração, planejamento, execução e gerenciamento de políticas tornaram-se importantes usuárias das informações de natureza censitária.

O Censo Demográfico é a única pesquisa domiciliar que produz resultados para o universo da população, independente do nível de desagregação espacial. Tais resultados têm validade para as Unidades da Federação, os Municípios, Distritos e, até, com uma precisão cada vez maior, para os bairros e outros recortes espaciais que podem ser formados pela agregação de setores censitários.

A importância do Censo para as políticas públicas e, especialmente as políticas sociais, descentralizadas diz respeito aos quantitativos e estimativas de população. A exploração dos resultados do Censo de 1991 já havia evidenciado, com toda clareza, o potencial dessas informações para as várias instâncias de planejamento local. Um grande conjunto de dados e indicadores, ainda hoje vêm sendo divulgados, inclusive sob a forma georeferenciada, subsidiando análises, avaliações e decisões de políticas públicas em vários programas federais, estaduais, municipais e de organizações não governamentais.

Não se trata apenas de apontar e qualificar as condições de vida dos municípios, mas também, de estabelecer recortes e classificações dentro dos próprios municípios. Nenhuma outra pesquisa domiciliar produz resultados com tal refinamento espacial.

Um outro aspecto fundamental da importância do Censo para as políticas públicas e sociais descentralizadas diz respeito aos quantitativos e estimativas de população. Através dessas estimativas, o IBGE, por força de lei, fornece ao Tribunal de Contas da União (TCU) os elementos para a definição dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Além disso, essas estimativas, quando realizadas por sexo e faixas etárias, estabelecem o tamanho da população alvo de vários programas sociais (saúde, educação, assistência social, etc.) em cada um dos 5503 municípios brasileiros.

A constante necessidade de atualização e aferição dessas estimativas, de fundamental importância para o planejamento municipal, levou à realização de Contagem Nacional de População em 1996.

Resumindo, é patente a importância do Censo Demográfico como instrumento de avaliação da realidade demográfica e socio-econômica do país, destacando-se aí os municípios, e como elemento básico para subsidiar e orientar as políticas atuais e futuras no nível local.

#### **4.1 Movimentos Migratórios e as Diferenças de Renda Per Capita**

Os movimentos migratórios podem desempenhar um papel importante no processo de convergência entre as rendas *per capita* dos estados ou regiões de um país, dada a tendência a que populações se transfiram das áreas de renda *per capita* relativamente mais baixa para as áreas de renda *per capita* relativamente mais alta.

Saldos migratórios líquidos positivos, na medida em que levam a um aumento da população, tendem a reduzir a renda *per capita* do estado receptor. Estes mesmos saldos positivos, porém, implicam o aumento da oferta de trabalho e, assim, potencialmente, o aumento da renda total, tendendo, por esse lado, a aumentar a renda por habitante do estado.

O efeito líquido das migrações sobre a renda *per capita* estadual dependerá da força relativa destes dois fatores, valendo notar que, sob a

suposição de que exista sempre pleno emprego da força de trabalho na economia estadual, um saldo migratório líquido positivo induzirá um aumento da renda estadual tanto maior quanto maior a parcela da população migrante integrada à população economicamente ativa, maior a qualidade da força de trabalho migrante, em termos de treinamento, habilidades etc., e maior a elasticidade do produto em relação ao fator trabalho (Taylor e Williamson, 1994:11).

A suposição mais freqüente na literatura (e, certamente, a mais realista) é a de que o primeiro dos fatores descritos acima (variação da população total) tende a prevalecer sobre o segundo (variação da oferta de trabalho e, portanto, da renda), de maneira que os movimentos migratórios acabariam por promover a convergência entre as rendas *per capita* estaduais ou regionais.

Se as economias de aglomeração são suficientemente importantes, porém, os movimentos migratórios podem, no longo prazo, resultar num aumento, e não numa redução, dos diferenciais de renda *per capita* entre os estados ou regiões. Ao promover a concentração espacial da população e da atividade econômica, as migrações induziriam incrementos importantes da eficiência produtiva e, assim, da renda nas áreas receptoras e perdas simultâneas de eficiência e competitividade nas áreas expulsoras. O resultado final poderia ser um aumento dos diferenciais de renda entre aquelas áreas (Tabuchi, 1988).

Conclui-se, assim, que as migrações internas têm contribuído para a convergência entre as rendas *per capita*, embora, como fica evidente quando

se comparam os valores das taxas de crescimento das rendas *per capita* com os das taxas migratórias líquidas, tal contribuição, não obstante seja significativa do ponto de vista estatístico, não apareça como muito expressiva quantitativamente

## **4.2. A Realidade Migratória no DF e Na Região do Entorno nos Últimos Anos**

### **4.2.1 A migração e o processo de ocupação do solo no DF**

Idealizada como um grande projeto Nacional de Interiorização do desenvolvimento, Brasília surge como Capital Federal localizada estrategicamente no Planalto Central para maiores detalhes sobre o processo de evolução do crescimento e da migração na região Centro-Oeste (vide Cunha, 1998..p.3) Planalto Central, transformando assim, uma imensa região de ocupação incipiente e frágil atividade econômica.

Após inauguração da capital inicia-se o processo de ocupação do território, onde a implantação de rodovias ligando Brasília a diversas regiões do país, propicia a incorporação de novas terras ao processo produtivo, atingindo assim o objetivo de expansão da fronteira agrícola nacional.

Além das rodovias, outros investimentos em setores de infraestrutura, como a energia elétrica e as telecomunicações, entre outros,

impulsionam a economia da região, fazendo com que grande contingente de população migrasse para a região, somando-se ao contingente migratório atraído inicialmente durante a construção da nova capital.

Apesar do dinamismo da economia não ocorre na região o desenvolvimento da atividade industrial, o que faz com que Brasília não assuma o seu papel previsto inicialmente de polo de desenvolvimento regional, apesar da expansão da atividade agrícola, gerada pela implantação da capital e dos investimentos a ela associados.

No período 60/70 a população do DF mais do que triplica, passando de 140,1mil para 537,5mil habitantes, com uma taxa média de crescimento de 14,9% ao ano, crescimento esse fortemente associado a um intenso processo migratório, com uma saldo médio anual de 30mil pessoas/ano, composto basicamente da transferência de funcionários federais da antiga capital e de trabalhadores da construção civil<sup>22</sup>.

Neste período de implantação e consolidação da nova capital, o Estado é o grande promotor da ocupação do solo, atuando como planejador, construtor e financiador dessa ocupação, além de ser o grande proprietário de terras, sendo assim o principal agente do processo de urbanização da região, o que confere a essa ocupação uma especificidade que a diferencia, em alguns aspectos da gestão do solo urbano, das demais cidades brasileiras.

A multiplicidade de regimes de propriedades das terras<sup>23</sup>, associada ao monopólio do poder público na oferta de novas áreas para ocupação criaram situações bastante conflituosas fazendo com que ao mesmo tempo em que se implantava o Plano Piloto, se formasse a periferia mais imediata, constituída pelas cidades satélites, implantadas a partir da oferta de lotes pela NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), com o objetivo de abrigar não só o contingente de população operária migrante que para lá se dirigiu durante a construção da cidade, mas também parte dos funcionários públicos sem acesso as terras localizadas no Plano Piloto.

Neste período em que ocorre a ocupação seletiva do plano piloto, via a ocupação do solo urbano pelos funcionários transferidos para Brasília, segundo a sua hierarquia funcional, ocorrendo também a oferta de terras urbanas fora do plano piloto, constituindo-se assim o modelo de ocupação urbana polinucleado, que passa a ser predominante em todo o processo de ocupação e consolidação da região metropolitana de Brasília. Neste processo de ocupação periférica surgem as Regiões administrativas de Taguatinga (1958), Sobradinho (1960), Gama (1960), Guará (1966) e Ceilândia (1970), com o objetivo de propiciar moradia para o segmento da população, para o qual o acesso ao plano piloto era restringido.

---

<sup>22</sup> Ver IPEA, 1997.4

<sup>23</sup> A implantação do DF não extinguiu a propriedade privada da terra, resultando na existência de diferentes naturezas de propriedade como: terras públicas via desapropriação; terras particulares; terras públicas e particulares em comum

Durante a década de 70 ocorre a consolidação de Brasília como Capital Federal, ocorrendo a fixação de parte do contingente migratório nos municípios limítrofes ao DF. Inicia-se assim, a constituição do aglomerado urbano de Brasília, com a conturbação de alguns municípios com algumas cidades satélites. Concomitantemente à ocupação dos municípios limítrofes, inicia-se na região o processo de ampliação da área de influência de Brasília, marcada pela expansão do setor comercial e de prestação de serviço. Brasília como polo regional passa a oferecer mais infra-estrutura social, com melhores serviços nas áreas de educação, saúde, etc., atraindo assim mais população para o seu território.

No período 70/80 cresce a população do DF de 537,5 mil para 1.176,8mil habitantes, a uma taxa média de 8,15% ao ano. O saldo migratório de 44mil pessoas/ano já não se constitui mais somente de funcionários transferidos e de trabalhadores da construção civil. A população dos municípios limítrofes passa de 50,2 mil para 120,8 mil habitantes, com uma taxa média de 9,19% ao ano, e comum saldo migratório líquido estimado em 6 mil pessoas /ano.<sup>24</sup>

Durante esse período, a ocupação do solo urbano no Distrito Federal é condicionada pela preocupação com a preservação de recursos hídricos, uma vez que o DF se localiza estrategicamente na área das nascentes de três rios que abastecem três importantes bacias hidrográficas: Paraná', Tocantins e São Francisco. A ocupação submetida inicialmente ao PLANIDRO (Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do DF) de 1970, se



consolida através da atuação do Poder Público, empurrando as cidades satélites, na medida do possível, para fora da bacia do Paranoá, visando a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que definia assim um modelo de ocupação territorial seletivo, com uma divisão social do espaço.

A premissa da preservação do meio ambiente tornou-se básica para a gestão do uso e ocupação do solo no DF. A partir daí vários planos foram elaborados com o objetivo de preservar a bacia do Paranoá e empurrar as cidades satélites para fora de seu perímetro, afastando assim as pressões por ocupação .

As cidades satélites surgem no período 60/70, após um acelerado processo de crescimento do Distrito Federal, e o que se observa nas décadas seguintes é a expulsão do excedente populacional do Distrito para as periferias, ou seja, para os municípios do entorno, principalmente, como se verá mais adiante, para os município localizados na direção dos eixos de expansão do DF, em direção a algumas cidades satélites.

Na verdade o quadro possibilitou a ocupação da periferia regional e Brasília já vinha sendo montado desde o início da ocupação do território pela nova capital. Segundo os principais estudos sobre o processo de ocupação, a oferta de lotes na região do entrono é antecedente à demanda por ocupação urbana desses municípios goianos. Já na década de 60 surgem os primeiros loteamentos com objetivos especulativos.

---

<sup>24</sup> Ver IPEA, 1997.5

Na década de 70 já existia grande oferta de lotes e conjuntos Habitacionais, com condições de pagamento bastante facilitadas, nas áreas adjacentes ao quadrilátero, ao mesmo tempo em que vigoravam as restrições à ocupação no DF, com baixa oferta de moradia, principalmente para a população de baixa renda.

Durante a década de 80, em todo país ocorre o fenômeno de desconcentração de população e de atividades nas regiões e aglomerações urbanas, com a diminuição da atratividade e dos fluxos migratórios em direção as sedes regionais. Brasília, como sede regional, enfrenta ainda uma situação de diminuição da oferta de empregos público em função da conclusão do processo de transferência dos órgãos estatais para a nova capital.

Neste período a taxa média de crescimento do DF cai para 2,84% ao ano e o fluxo demográfico decresce, apresentando um saldo migratório estimado em 12 mil pessoas/ano, enquanto nos municípios limítrofes apresentam o saldo migratório de aproximadamente 13 mil pessoas/ano e uma taxa média de crescimento de 8,96% ao ano.<sup>25</sup>

Os dados do Censo 1991 sobre migração interestadual elaborados por Cunha(1998), demonstram que a mobilidade entre Goiás e o Distrito Federal na década de 80, foi predominantemente marcada pela transferência de nordestinos da primeira para a segunda UF, o que revela a ocupação de

---

<sup>25</sup> Vide IPEA,1997.

Goiás como uma segunda etapa na trajetória migratória desses migrantes nordestinos.

Analisando a migração inter-regional para o estado de Goiás, Cunha observou o poder de atração de migrantes da microregião do Entorno de Brasília<sup>26</sup>. Os dados demonstram que 60% da imigração recebida no período por esta microregião correspondeu à migração proveniente de Brasília, demonstrando com muita propriedade, que os deslocamentos populacionais estabelecidos entre Goiás e o Distrito Federal, mais do que uma migração entre UFs, representa uma expansão de Brasília em direção aos municípios limítrofes.

Na Segunda metade da década de 70, a ocupação do solo no DF é definida pelo Plano Estrutural de Organização territorial - PEOT/77 – que estabelece limitações rígidas à abertura de novos espaços, baseada nas possibilidades de saneamento básico, que passa a ser o fator determinante para o assentamento urbano. Em função dessas limitações e das áreas a serem preservadas, surge um novo vetor de ocupação do solo e crescimento do DF na direção sudoeste do território, em direção a Taguatinga e o Gama.

Neste período ocorre a consolidação do modelo de ocupação polinucleado no DF, e também nos municípios do entorno, onde surgem ocupações urbanas em meio a áreas rurais, distantes das sedes municipais, e localizadas ao longo das principais estradas de interligação com o DF,

---

<sup>26</sup> A micro região do entorno utilizada refere-se somente ao estado de Goiás, sendo excluídos os municípios mineiros, diferenciando-se portanto da área da RIDE utilizada neste trabalho.

principalmente na direção do vetor sudoeste de expansão urbana formado a partir da ocupação das Regiões Administrativas de Taguatinga e Gama.

No início da década de 80 as cidades satélites encontravam-se já bastante ocupadas e a pressão da população por espaço para morar, gera o crescimento da ocupação através da constituição de loteamentos irregulares e do adensamento das áreas já ocupadas, com o assentamento de inquilinos em fundos de quintais. Surgem ainda como alternativa, as ocupações ilegais mediante invasão, com a proliferação de favelas no centro e na periferia.

A partir da década de 80, e intensificando-se na década de 90, a expansão da ocupação dos municípios limítrofes ao DF surge como fenômeno irreversível de expansão e constituição de periferia regional do DF, sendo a sua constituição diferenciada das demais periferias metropolitanas, uma vez que a ocupação desses novos espaços tem uma função eminentemente residencial, com características de municípios dormitórios.

No final da década de 80 o Governo do Distrito Federal promove a ocupação de áreas dentro do DF, numa tentativa de resolver ou pelo menos atenuar as invasões e as sublocações que vinham apresentando um crescimento vertiginoso, criando e distribuindo lotes semi-urbanizados para a população de baixa renda, criando novas cidades satélites (Samambaia, Paranoá e Sta Maria), expandindo a maioria das até então existentes e fixando algumas invasões, gerando a incorporação de novos espaços ao DF.

Segundo o relatório de pesquisa do IPEA<sup>27</sup>, as Regiões Administrativas que apresentaram no período 91/96 as maiores taxas de crescimento populacional forma as mais periféricas (Recanto da Emas, Santa Maria, Riacho Fundo e são Sebastião), com expansão da mancha urbana principalmente em direção a Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás, dando continuidade a expansão e consolidação da periferia regional, principalmente a periferia Sul (novos municípios de Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, todos desmembrados de Luziânia).

Os Planos mais recentes elaborados para o DF (PDOT/92 e PDOT/97) reforçaram o modelo de ocupação polinucleado e a bipolaridade dos principais centros – Plano Piloto e Taguatinga. No entanto, o macrozoneamento apresentado no PDOT/97, fortalece o processo de conturbação urbana, principalmente na direção sudoeste, e reconhece como vetor de expansão as ocupações irregulares realizadas via loteamentos ilegais para a classe média alta na direção nordeste /sudeste.

Atualmente a configuração espacial do núcleo da região aponta para uma ocupação diferenciada da existente até então, podendo ser observado um processo de conturbação configurado em dois eixos principal: um seguindo o traçado do metrô entre o Plano Piloto e Samambaia, e o outro partindo de Samambaia, em direção as Regiões Administrativas Recanto das Emas, Gama e Santa Maria, em direção à periferia Sul, já descrito anteriormente.

---

<sup>27</sup> Vide Ipea, 1997..8

Ao longo de seu processo de expansão e consolidação como núcleo de uma região metropolitana o Distrito Federal apresentou, como as demais sedes de regiões metropolitanas nacionais, um arrefecimento no seu crescimento populacional e nas suas taxas de migração. O que, no entanto o diferenciam das demais regiões metropolitanas são a intensidade do fenômeno, bem menor do que a apresentada pelas metrópoles industriais do Sudeste, por exemplo, apresentando uma taxa de crescimento no período 91/96 mais elevada que a maioria destas cidades, 3,55% a, revelando o dinamismo do seu incremento populacional.

A migração no Distrito Federal apresentou nas últimas décadas um comportamento semelhante aos dos grandes centros urbanos do país, sendo predominante a participação dos migrantes originários do nordeste e de Minas Gerais, regiões já conhecidas pela capacidade de exportar população.

Apesar da redução do volume desses migrantes, esses fluxos continuam a prevalecer nos fluxos dirigidos ao DF. Segundo os dados da contagem do IBGE/96 cerca de 24018 pessoas chegaram a Brasília vinda dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia no período 91/96, mantendo a taxa líquida média de migração anual a valores bem próximos a década anterior<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Na verdade as informações referentes à migração disponibilizadas pela contagem 96 diferem das informações obtidas nos censos 80 e 91, não sendo portanto perfeitamente comparáveis entre si. Os dados obtidos nos censos referem-se ao tempo de residência, sendo o fluxo obtido a partir do local de residência anterior, e os da contagem são relativos ao local de residência em 01/09/1991, ou seja informação de data

A participação da imigração originária dos estados do Nordeste também continuou elevada no período 91/96, quando os fluxos originários dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia juntos representaram 39,84% do total da imigração recebida pelo Distrito Federal. A emigração do DF em direção aos municípios goianos que compõe a região metropolitana de Brasília (RIDE) elevou-se para 36,07%, no período 80/91, quando o processo de redistribuição populacional se acentua, consolidando a formação da periferia regional.

O que é importante ressaltar nessa análise sobre a migração e o processo de ocupação no Distrito Federal, é que apesar do arrefecimento do crescimento e dos fluxos migratórios a região continua apresentando um intenso dinamismo populacional. O DF vem apresentando taxas de crescimento menores, mas apresenta também elevados fluxos de emigração em direção aos municípios goianos, como se verá mais adiante, em função do processo de redistribuição da população no interior da região metropolitana. No período 91/96 o Distrito Federal recebeu 173.239 pessoas e exportou 147.681, apresentando um índice de eficácia migratória<sup>29</sup> de 0.08, o que demonstra ser uma região de grande circulação de pessoas.

---

fixa. Apesar de não serem comparáveis tecnicamente, os dados mais recentes não poderiam ser desprezados.

<sup>29</sup> O índice de eficácia migratória é calculado pelo quociente entre a migração líquida (E-I) e a migração bruta (E+I). Valores próximos a 1 indicam áreas de forte atração migratória e a -1 áreas de alta evasão populacional. Valores próximos a zero revelam áreas com alta circulação migratória.

A configuração do espaço urbano da região do Entorno do Distrito Federal, apesar das especificidades relacionadas não só as atividades produtivas da sede regional, como também do papel do Estado como detentor da propriedade da terra, se assemelha as demais aglomerações urbanas e regiões metropolitanas do país, onde é facilmente identificável a constituição de um centro dinâmico e desenvolvido, onde se concentram as oportunidades de trabalho e os principais serviços, e a constituição de uma região periférica, concentradora de população de baixa renda, com acesso restrito as principais atividades com capacidade de acumulação e produtividade e aos serviços sociais e infra-estrutura básica.

O Plano Piloto assumiu o papel de centro da cidade, e da região, abrigando órgãos mais importantes do Governo Federal e do Governo do DF, além de agências e escritórios do setor privado da economia, as melhores condições de infra-estrutura e dos equipamentos de serviços sociais. No Plano Piloto encontram-se as habitações e os terrenos mais valorizados, no início do processo, a sua elitização funcionou como um mecanismo de empurrão, expulsando para as cidades satélites um razoável contingente populacional.

Nas áreas urbanas prevalecem os problemas relativos às condições de habitação, saúde, transporte coletivo, trabalho, lazer e segurança pública. Alguns novos municípios, emancipados mais recentemente (1993), encontram-se em situação crítica, como Cocalzinho de Goiás e Cidade Ocidental, assim como também as periferias de antigas cidades, como Abadiânia, Cristalina, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Formosa.



#### **4.2.2 A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno RIDE**

A região diferencia-se bastante das demais aglomerações e regiões metropolitanas do país, podendo ser considerada uma “Metrópole de Serviços”, com pouca atividade industrial. E como não há abertura de espaços periféricos para abrigar atividades industriais, a formação de periferias está vinculada à criação de novos espaços com função eminentemente residencial, do tipo cidades dormitórios. Essa especificidade, faz com que a mobilidade residencial seja, talvez, o principal componente da migração da região, gerando assim o constante deslocamento do tipo pendular por parte dos habitantes dos municípios mais afastados, dando ênfase aos novos arranjos no binômio habitar-trabalhar ou estudar.

A partir de 1975 com a criação do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, foram criadas diferentes delimitações e diferentes instituições com o objetivo de desenvolver e gerenciar esta região, sempre envolvendo três Unidades da Federação, O Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

Mais recentemente, em Fevereiro de 1998, foi instituída a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE), que corresponde a área

de influência mais direta do Distrito Federal, com características de região metropolitana.

A denominada RIDE, é constituída pelo DF e pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Água Linda de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, e Vila Boa, no estado de Goiás, e de Unaí e Buritis no estado de Minas Gerais.

O desenvolvimento e a configuração espacial desta região foi fortemente influenciado pela baixa inserção na economia nacional e pelo baixo dinamismo econômico encontrado antes da sua implantação. Idealizada no âmbito de um projeto nacional de integração do território e de interiorização do desenvolvimento, a cidade planejada se sobrepõe a um conjunto de municípios cuja economia baseada nas atividades mineradoras e na pecuária, apresentavam baixo dinamismo e uma configuração espacial bastante dispersa.

A fragilidade econômica de Brasília, com uma precária base econômica primária e secundária, faz com que a capital não exerça sua função econômica polarizadora de integração regional, embora a infraestrutura de transportes, energia e comunicações implantada para a sua criação tenham desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento regional, incentivando a implantação de atividades econômicas em áreas

fora da área de influência direta da capital. Antigos pólos regionais, como Anápolis e a capital de Goiás, Goiânia, foram alguns dos núcleos urbanos que tiveram o seu desenvolvimento alavancado pela criação de Brasília.<sup>30</sup>

Assim a concentração de funções administrativas de Brasília, e a grande transferência de recursos fiscais por ela recebida, faz com que a capital exerça uma função terciária super dimensionada, transformando-a num grande mercado, inclusive para o principais pólos nacionais, atraindo população em busca de emprego e serviços.

Ao mesmo tempo, os núcleos preexistentes no seu entorno imediato, em função da debilidade econômica gerada pelo enfraquecimento de suas antigas funções, passaram a exercer o papel de repositórios dessa população atraída para a capital os municípios que compõem a RIDE apresentam perfis bastante diferenciados, no que se refere a centralidade, capacidade de atração e retenção de população, e conseqüentemente, as taxas de crescimento populacional. Os municípios com maiores taxas de crescimento populacional, níveis de centralidade, maiores volumes de migração líquida e maiores densidades habitacionais, são os que se localizam no entorno mais imediato, principalmente na denominada periferia Sul do quadrilátero. Esses municípios, na grande maioria originários dos desmembramentos de Luziânia e Stº. Antônio do Descoberto tem o seu crescimento condicionado ao processo de expansão da mancha urbana do DF.

---

<sup>30</sup> Para maiores detalhes ver Guimarães e Leme, 2000.

A diferenciação na base econômica dos municípios também é bastante característica na região. Enquanto os municípios que sofrem mais diretamente o impacto do processo de expansão urbana do DF apresentam atividades econômicas de caráter urbano, os demais apresentam fortes participações do setor primário da economia. A análise do perfil da PEA/91<sup>31</sup> demonstra que municípios como Padre Bernardo (44%), Águas Lindas de Goiás (70.3%), Cabeceiras (58.9%), Mimoso de Goiás (85%), Corumbá de Goiás (53%) e Pirenópolis (51,6%) apresentam elevadas participações no setor agropecuário, enquanto os municípios de Planaltina, Stº. Antônio do Descoberto e Luziânia (sem considerar os desmembramentos recentes) apresentam elevadas porcentagens da PEA ocupada em atividades urbanas, principalmente na construção civil e no setor de prestação de serviços.

A análise da renda familiar per capita média dos municípios da região, demonstra o quanto esses municípios que compõe a RIDE se distanciam do padrão de renda estabelecido no DF, apesar de alguns deles ter apresentado uma elevação deste nível ao longo dos anos.

É possível observar que os municípios relacionados ao processo de expansão urbana do DF apresentam um renda media familiar per capita mais elevada que os demais, porém bem abaixo da apresentada pelo DF, que com certeza é fortemente influenciada pelo alto nível de renda da Região Administrativa, que abriga o Plano Piloto, não refletindo provavelmente o que se observa para o conjunto das cidades satélites.

---

<sup>31</sup> Ver a respeito IPEA, 1999..13

O acesso a infra-estrutura é outro fator de diferenciação entre os municípios, principalmente entre a periferia e o núcleo da região. Outro dado é o relativo ao nível educacional e a inserção no mercado de trabalho da população desta periferia reforçam a dualidade sócio-econômica que se reflete na configuração espacial da região, marcada por um núcleo dinâmico e inserido na economia nacional, como não poderia deixar de ser, é uma extensa periferia desassistida de serviços, e de infra-estrutura básica, pela ausência atividades sócio-econômicas significativas e postos de empregos, e com baixos níveis de renda e educacionais. As estimativas do número de desempregados em todo o aglomerado são de 1/5 da PEA, ou seja, 200mil pessoas<sup>32</sup>. 15 .

A análise da evolução populacional e da participação da migração ao longo do processo de formação e consolidação da RIDE, demonstram que a migração intrametropolitana, principalmente representada pelos fluxos de emigração do DF, teve um papel preponderante neste processo, como se verá a seguir.

### **4.3 A Evolução Demográfica da Região do Entorno**

Como as demais regiões metropolitanas do Brasil, o crescimento populacional da RIDE sofreu uma redução nas últimas décadas, apesar de apresentar uma taxa média anual de crescimento de 3,47% considerada elevada se comparada com as demais regiões. No último período, 91/96 a

região apresentou ainda uma pequena elevação em relação ao período anterior, quando o crescimento médio foi de 3,2% ao ano.

A heterogeneidade dos municípios que compõe a RIDE já salientada anteriormente, pode ser observada nos dados demográficos, principalmente no que se refere ao crescimento populacional e ao processo migratório, evidenciando assim o seu processo de crescimento associado a expansão do DF, uma vez que os municípios limítrofes apresentam dinâmicas totalmente diferenciadas da grande maioria da região.

Dentre os municípios dessa região três se destacam, apresentando um crescimento bastante intenso. Como foi dito anteriormente, em virtude da impossibilidade de se ocupar as terras pertencentes ao DF, no final da década de 70 e início dos anos 80 intensificam-se os parcelamentos nos municípios limítrofes, onde os lotes são oferecidos a preços mais baixos e com maiores facilidades de pagamento. Esse tipo de ocupação periférica ocorre principalmente nos municípios de St<sup>o</sup>. Antônio do Descoberto, Luziânia e Planaltina de Goiás.

Já no período 70/80 alguns municípios apresentavam elevadas taxas de crescimento, acima de 9% ao ano, como Luziânia e St<sup>o</sup>. Antônio do Descoberto enquanto o núcleo apresentava uma taxa de cerca de 8% ao ano.

Durante a década de 80 esse crescimento sofre um arrefecimento em toda a região, mantendo-se elevada no entanto nos municípios que apresentaram crescimento elevado no período anterior. No período mais recente, 91/96, o fato se repete, com exceção do município de Santo Antônio do Descoberto que apresenta uma taxa média de crescimento de 25% ao ano.

Na verdade esse alto crescimento deve ser atribuído ao município recém emancipado de Águas Lindas de Goiás, objeto de uma ocupação irregular em áreas de mananciais hídricos. A população deste município em 1996 era de 61.478 hab. com densidade habitacional de 320,36 hab/km<sup>2</sup>.

A análise dos indicadores de crescimento e densidade populacional nesta região requer uma certa cautela em função do grande número de desmembramentos de municípios ocorrido no período 92/97. Foram criados em 1992 os municípios de Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás e Vila Boa, desmembrados respectivamente de Luziânia, Corumbá de Goiás e de Formosa. Em 1997 são criados os municípios de Novo Gama, e Valparaíso de Goiás desmembrados de Luziânia e Águas Lindas de Goiás desmembrado do St<sup>o</sup>. Antônio do Descoberto, além dos municípios de Vila Propício, desmembrado de Pirenópolis, e Cabeceira Grande e Uruana desmembrados de Unaí, que não integram a RIDE.

Esses últimos desmembramentos ocorridos no território da RIDE (principalmente em 1997), deram origem a novos municípios com alta densidade populacional, sendo inclusive mais elevadas do que as do próprio

DF, onde em pequenas áreas estão concentrados grandes contingentes populacionais. Estes novos municípios de Novo Gama, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás são limítrofes ao DF e passam a constituir-se na periferia mais imediata do quadrilátero.

Contrastando com os municípios de localização periférica ao DF, a região apresenta vários municípios com taxas de crescimento próximas a zero, ou negativas, e com baixas densidades populacionais.

O que se observa a partir da análise do crescimento demográfico dos municípios da região é o crescimento mais acelerado e contínuo dos municípios que integram a periferia mais imediata do DF, representando como já foi dito anteriormente, uma expansão da mancha urbana do núcleo da região.

Os demais municípios não influenciados por esse processo, e que possuem como base da economia o setor agropecuário, apresentam taxas de crescimento e densidade habitacional menor. Alguns como Águas Lindas de Goiás, Cabeceiras, Pirenópolis e Mimoso de Goiás apresentaram taxas de crescimento negativas no período mais recentes.

Fica evidente, não só pelas altas taxas de crescimento apresentadas pelo conjunto dos municípios da região, mas também pelo processo de ocupação do solo apresentado anteriormente, o impacto da migração nesse crescimento, como se verá a seguir.



#### 4.4 A Migração na RIDE<sup>33</sup>

A região metropolitana de Brasília (RIDE), surge a partir da criação de uma cidade planejada para ser a capital nacional e pólo de integração nacional, e que tem o seu processo de consolidação como metrópole ao longo da década de 70, marcada pela migração de longa distância. Esses condicionantes estruturais associados à transferência da Capital e a abertura de frentes de trabalho com a construção da cidade fazem com que a migração interestadual seja predominante no processo de implantação da nova cidade.

Durante a década de 80, o processo de formação e consolidação da região metropolitana de Brasília (RIDE), como já foi dito, foi fortemente influenciado pelo processo de expansão da mancha urbana do DF. Os dados sobre a migração na região durante o processo de consolidação dessa região confirmam esse fenômeno, com a migração intrametropolitana ganhando um peso cada vez maior no total dos fluxos migratórios, ainda que os fluxos interestaduais continuem a ser predominantes.

Na verdade mesmos os fluxos denominados de intrametropolitanos mais significativos, que são os representados pelos fluxos de emigração do DF para os demais municípios da região, são fluxos interestaduais, uma vez que a região é constituída por três Unidades da Federação (DF, Goiás e

---

<sup>33</sup> Para os períodos 70/80 e 80/91, considera-se migrante interestadual o indivíduo que reside há menos de 10 anos na UF de residência atual, e considera-se migrante intra-estadual, ou intra-regional, o indivíduo com menos de 10 anos de residência no município de residência atual. Para o período 91/96, considera-se migrante interestadual os indivíduos que declararam UF de residência em 1991 diferente da UF de residência atual.

Minas Gerais). No entanto para uma melhor compreensão do fenômeno da migração intraregional esses fluxos serão denominados intrametropolitanos, ainda que envolvam diferentes UFs.

Assim, a migração para o conjunto dos municípios que compõem a RIDE durante o seu processo de consolidação, tem como principais e mais significativos fluxos, a imigração interestadual em direção ao Distrito Federal, iniciada no final da década de 50 e que continua elevada em 1996, segundo os dados da Contagem Populacional do IBGE<sup>34</sup>, e pela emigração originária do DF em direção aos municípios limítrofes ao perímetro do quadrilátero, iniciada na década de 70.

O conjunto dos municípios que compõe a RIDE apresentam dinâmicas migratórias bastante diferenciadas, como já indicava a análise das suas taxas de crescimento. A análise dos índices de eficácia migratória revela que os municípios de Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Unaí, no período 70/91, tem se constituído em áreas de evasão populacional.

Outros como Formosa, Cristalina, Buritis, Alexânia e Cabeceiras podem ser descritos como áreas de circulação de população, apesar dos volumes migratórios serem pouco significativos.

Na verdade apresentaram volumes elevados de migração, além da sede metropolitana, apenas os municípios impactados mais diretamente pelo

processo de expansão da mancha urbana do DF como Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, que apresentaram Índices de Eficácia Migratória mais próximos a 1, o que demonstra serem áreas de atração populacional.

O DF que no período 70/80 apresentava um IEM de 0,52, indicando ser área de grande atração populacional, se torna uma área de grande circulação de pessoas, em função do aumento da emigração, principalmente na direção dos municípios goianos periféricos. Das 282.153 pessoas que deixaram o DF no período 80/91, 101.762 emigraram em direção aos municípios que compõe a RIDE. No período 91/96, em apenas cinco anos, das 147.681 pessoas que emigraram do DF, 74.959 foram em direção aos municípios da RIDE.

Por suas características já explicitadas anteriormente, o DF tem se caracterizado como uma região forte poder de atração de migrantes, principalmente os Nordestinos e Mineiros. Isso faz com que essa participação de imigrantes nordestinos (35,44%) e mineiros (15,37%) seja predominante no total da imigração para a região no período 70/80.

O terceiro fluxo interestadual mais significativo deve-se ao processo de transferência da capital, representado pelo fluxo de imigrantes do Rio de Janeiro, que representou no período 9,14% do total da imigração recebida pela região. Já no período 81/91, participação da imigração intrametropolitana se eleva, representando 25,04% do total da imigração

---

<sup>34</sup> Os dados da contagem permitam medir a Imigração interestadual a partir da UF de residência

recebida pela região. Desses 25%, cerca de 18.00% são imigrantes originários do Distrito Federal. A participação de Nordestinos continua elevada (35,78%), ainda em função dos fluxos dirigidos ao DF, que são ainda bastante elevados.

Para o período 91/96 os fluxos de imigrantes nordestinos para o DF sofrem uma pequena redução, mantendo-se ainda bastante elevados. No entanto para o total dos municípios que compõem a RIDE ocorre uma elevação desses volumes, em função da elevação da participação destes imigrantes no total da imigração de alguns municípios, principalmente os que constituem a periferia sul da região.

Os municípios de Planaltina de Goiás, Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, e os municípios desmembrados desses dois últimos em 1997, apresentaram no período 91/96 elevação das participações da imigração vinda dos estados do nordeste, principalmente, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, demonstrando que o processo de transferência de nordestinos das cidades satélites para o entorno demonstrado por Cunha (1998) pode estar condicionando o início de um processo migratório de transferência de nordestinos diretamente para os municípios do entorno do DF.

Desconsiderando-se os desmembramentos os municípios de Luziânia, Planaltina e St.º Antônio do Descoberto receberam em média, respectivamente, 3.889, 905 e 2735 imigrantes ao ano, vindos dos estados do Nordeste no período 91/96.

Os dados da contagem 96 não nos permitem mensurar a emigração a e imigração intrametropolitana, no entanto possibilitam a mensuração, ainda que com informação de data fixa e não de tempo de residência, da imigração originária do DF em direção as municípios que compõe a RIDE, esses dados, ainda que não sejam comparáveis aos dados para o período anterior, demonstram que se eleva para todos os municípios da região a participação da imigração de origem do DF.

A migração intrametropolitana que no período 70/80 representava cerca de 13,35% do total recebido pela região, eleva-se para 25,04% no período 80/91, e segundo os dados da contagem, no período 91/96, só a participação da imigração originária do DF para os municípios a RIDE representou 24,04% do total da imigração interestadual recebida pela região, o que demonstra a manutenção da elevação da participação da imigração intrametropolitana.

Os dados sobre a migração intrametropolitana no período 80/91 demonstram a elevação da participação da imigração vinda dos outros municípios da RIDE, excluídos os volumes originários do DF, para praticamente todos os municípios da região. Na verdade esses fluxos apresentam volumes pouco significativos no total da imigração na RIDE, representando cerca de 7,00% do total. São fluxos estabelecidos entre municípios próximos entre si e numericamente pouco significativos no total da RIDE.

O que se pode concluir dessa análise dos principais fluxos migratórios na região do DF e entorno, é que o dinamismo populacional apresentado pela região em relação as demais regiões metropolitanas, se deve ao grande poder de atração populacional exercido pelo DF em diferentes regiões do país, principalmente no nordeste brasileiro. Apesar da grande capacidade de atrair população mantida ao longo das últimas décadas, o Distrito Federal tem demonstrado ser cada vez menos capaz de absorver e manter esses fluxos migratórios, desencadeando um processo de redistribuição da população migrante para os municípios limítrofes ao seu território, localizados em Minas Gerais e Goiás, que tem se constituído nas duas últimas décadas numa extensa periferia metropolitana, carente de serviços, infra-estrutura básica, atividades produtivas e conseqüentemente de postos de trabalho.

## **CAPITULO V**

### **5. Violência na Área do Entorno do DF**

Nas grandes metrópoles latino-americanas, a urbanização acelerada e muitas vezes desordenada das últimas décadas, a profunda desigualdade social, a existência de amplos bolsões de pobreza e descaso do poder público, e a difusão das armas de fogo criaram as condições para um crescimento dramático da criminalidade e da violência. As cidades deixaram de ser um espaço público irrestrito, âmbito que ficou limitado a alguns lugares e a determinadas horas considerados relativamente seguros. Os moradores mudaram seus costumes, seus deslocamentos, seu lazer. O futebol, por exemplo, passou a ser fundamentalmente um espetáculo televisivo exceto para os jovens de sexo masculino, único estrato social disposto a enfrentar o risco de violência.

Instalou-se a impressão de um perigo difuso, sempre presente, e a cidade, que originalmente apareceu como um espaço de liberdade frente ao mundo feudal, produz agora um modelo de cidadão defensivo: constrangido, desconfiado e pouco solidário.

Assim, muitos começaram a perceber a segurança pública como umas das áreas mais deficientes no desempenho do estado. A segurança escalou até o topo da agenda política e social em muitos países. Governantes começaram a ser eleitos ou, mais frequentemente, rejeitados em função desta questão. Muitos programas basearam-se em simples apelos ao rigor e à "mão dura". O desespero e a impotência levou alguns setores da opinião pública, cuja cultura cívica e democrática certamente não se viu favorecida por décadas de ditadura, a apoiar qualquer tipo de medida repressiva por muito que fosse ilegal e brutal, sempre que dirigida contra os alvos certos.

Em muitos lugares desenvolveu-se uma percepção da vida urbana como uma guerra civil e da sociedade como dividida irremediavelmente em dois bandos, e a metáfora bélica estimulou as políticas mais repressivas. Alguns países que saíram de uma guerra civil real descobriram que o fim do conflito político não significava necessariamente o fim da insegurança, que acabou por tornar-se inclusive mais difusa e imprevisível.

Esse cenário pode ser aplicado a muitos lugares, mas quem mora nas grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Brasília ou São Paulo, terá identificado muitos desses elementos no seu entorno. A pergunta é: o



que fazem para mudar este quadro tanto os cidadãos quanto os governantes, e o que poderiam fazer?

Costuma-se rotineiramente dizer que Brasília é o espelho do Brasil. O refrão é correto, não apenas porque aqui se concentram pessoas de todas as regiões do País mas, também porque a cidade exhibe as evidências das agudas diferenças sociais que caracterizam a nação brasileira. Segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos (Dieese) e da Codeplan, os 10% (cerca de 200 mil pessoas) mais ricos de Brasília detêm 42% do total da renda. Os outros 90% da população (cerca de 1,8 milhão de pessoas) ficam com os restantes 58% da renda. Dez por cento da população ganham mais de 40 salários mínimos por mês (R\$ 6.040).

A proporção dos que ganham este total em Brasília é maior do que em São Paulo, o estado mais rico do país, onde apenas nove por cento ganha tanto. É triste verificar que a cidade que detém os melhores indicadores de qualidade de vida no País não consegue distribuir de forma justa os bens e serviços disponíveis para a população. Comparados com outras unidades da Federação, Brasília tem o maior percentual de população infantil matriculada nas escolas, a maior proporção de automóveis por habitante, o maior número de leitos em hospitais públicos, o maior número de telefones fixos e TV por assinatura per capita. São os atestados da nossa riqueza.

Em compensação, temos a segunda maior taxa de desemprego do País, só inferior a Salvador, e um alto déficit habitacional. Cerca de 15% da população vive com menos de dois salários mínimos por mês, na cidade onde o custo de vida é o mais caro do País. No Distrito Federal, os extremos não se tocam, como nas outras grandes capitais brasileiras.

No Rio, em Salvador ou Recife, riqueza e pobreza vivem lado a lado, se interpenetram na rede urbana. Aqui não, a pobreza fica longe dos olhos, separada da riqueza por largas áreas livres urbanas, acrescentando uma segregação espacial a segregação social.

O último censo do IBGE constatou que a quadra mais rica do DF era a QI 9, no Lago Sul, e a mais pobre, a Quadra 30 do Paranoá. Entre elas, apenas 20 quilômetros mas, um abismo social. Na QI 9 do Lago Sul uma residência custa entre R\$ 600 mil e R\$ 1 milhão, no Paranoá, entre R\$ 5 e 20 mil. A renda familiar da Quadra do Lago é 55 vezes maior do que a do Paranoá. A exclusão social está longe mas à vista.

Pior do que revelar as diferenças sociais é constatar que aqui, como no resto do País, a renda continua se concentrando nas mãos de cada vez menos pessoas. Pesquisa da Codeplan revelou que entre março do ano passado e março deste ano, as pessoas que ganham mensalmente mais de R\$ 2.900 em Brasília tiveram um aumento de 22,2% de sua renda enquanto

os trabalhadores mais pobres, que ganham até R\$ 176 por mês, só conseguiram aumentar 6% a sua renda. Ou seja, quatro vezes menos que os mais ricos. Os ricos acumulam, os pobres perdem cada vez mais e a concentração só aumenta.

Neste aspecto, Brasília é espelho do Brasil. As oportunidades para sair da pobreza e melhorar as condições de vida também não se distribuem igualmente. Se a taxa de desemprego é alta, a sua distribuição revela a crueldade das oportunidades desiguais. Hoje, o Distrito Federal tem 21,6% da população economicamente ativa desempregada. Mas, enquanto a taxa de desemprego em Ceilândia, Brazlândia, Samambaia, São Sebastião, Paranoá, Santa Maria e Recanto das Emas saltou de 29,6% para 30,3%, a taxa do Plano Piloto e Lagos é de apenas 10,4%. Não é sem razão que os índices de violência e criminalidade aumentem. A exclusão cresce e a cidade revela hoje, na sua arquitetura, esta realidade de apartação. Nos Lagos, muros, arames, cachorros pitbull, alarmes e vigilantes guardam a opulência dos ricos. Do outro lado dos muros, uma multidão cada vez maior de pais e mães de família desempregados amarga fome, doenças e desespero.

## **6.CONCLUSÃO**

O trabalho buscou identificar as relações entre a migração, mais especificamente a migração intrametropolitana e as alterações ocorridas nas espacialidades da economia nas últimas décadas, na região do Distrito Federal e o seu entorno, bem como estabeleceu um estudo para desmistificar o tratamento dos dados, humanizando-o, fazendo o debate com a possibilidade de construir cidadãos e, sobretudo estabelecer uma relação sobre o movimento migratório e a questão da renda per capita nessa referida região.

Na verdade ,a exemplo do ocorrido para o Centro-Oeste, a região de Brasília apresentou nas últimas décadas um fortalecimento da sua centralidade ampliando a sua área de abrangência, além de apresentar um

dinamismo populacional o que não ocorre na maioria das regiões metropolitanas.

O Distrito Federal, núcleo dessa região, continuou a apresentar significativos fluxos de imigrantes interestaduais representados principalmente pelos nordestinos, demonstrando no entanto uma incapacidade de absorver esses contingentes migratórios e redistribuindo-os para os demais municípios da região.

Todos os municípios da região apresentaram uma elevação da participação da imigração originária do Distrito Federal, ainda que os volumes dessa migração sejam pequenos para alguns municípios ainda não atingidos pelo processo de conurbação com o território do DF.

Os municípios localizados na periferia sul do quadrilátero tem sido os mais afetados por este processo de expansão da mancha urbana do DF, e apresentam uma dinâmica demográfica marcada por elevadas taxas de crescimento populacional elevados fluxos de imigrantes originários núcleo da região. Esses municípios localizam-se na direção dos vetores de crescimento do DF, na direção das cidades satélites mais periféricas e que apresentaram as maiores taxas de crescimento nas últimas décadas, o que reforça a hipótese de crescimento associado a expansão da mancha urbana do DF.

A migração na região é composta predominantemente pelo fluxo de imigrantes interestaduais originários do nordeste brasileiro, vindos

principalmente para o núcleo da região, embora na última década a participação desta imigração tenha se elevado para os municípios da região que apresentam dinamismo populacional associado ao processo de expansão da mancha urbana do DF.

Esse crescimento periférico da região tem sido condicionado em grande medida pela baixa oferta de moradia no DF, principalmente para as classes de mais baixa renda. As restrições a ocupação no Plano Piloto, e o esgotamento da ocupação nas cidades satélites, associada a política de preservação da qualidade de ocupação das áreas mais nobres do DF, fizeram com que a alternativa de moradia da população que continua a chegar ao DF, localiza-se nas cidades vizinhas, onde as restrições à ocupação eram menores e as terras disponíveis podiam ser compradas a preços menores.

Contudo para mantermo-nos fieis ao que nos propulsemos no inicio deste trabalho temos que salientar que a perspectiva dos fluxos migratórios continuam seguindo nesta direção, e que a falta de perspectiva dos migrantes na sua região de origem fazem com que eles se aventurem a novos rumos. Todavia o estado tem o dever de disponibilizar a esse migrante as condições mínimas para ele se estabelecer, não só em sua terra de origem, mas também na sua nova região, cabe ao governo, a responsabilidade de disponibilizar recursos e serviços para essa parcela da população.

## 7 . BIBLIOGRAFIA

1. AGUIAR ET ALLI, T.C., Magno, A A., Barrucho, R.C. e Mattos, S. – *O Entorno do Distrito Federal: no Espaço e Desordem Ambiental*. In: Anais de V Encontro de Estudos Populacionais, V. 2, Caxambu, 1994.
2. AZZONI, C. “Crescimento econômico e convergência das rendas regionais: o caso brasileiro”. *Anais do XXII Encontro Nacional de Economia*, Anpec, 1994, vol. 1, pp. 185-205.
3. BARRO, R. e SALA-I-MARTIN, X. “Convergence across states and regions”. *Brookings Papers on Economic Activity*, n. 1, 1991, pp.107-182.
4. \_\_\_\_\_. *Economic growth*. Nova York, McGraw Hill, 1995.
5. BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia de População*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. 437 p.
6. BOCCUCCI, Ana Maria Peres França Comportamento Reprodutivo Diferenciado das Imigrantes o Distrito Federal Uma Aproximação Metodológica para o estudo de suas relações, UMFG-CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1998.
7. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL A Força do Entorno Brasília: CLDF, 1999. 46 p.
8. CARVALHO, J.A.M. de e FERNANDES, F. Estimativas de saldos migratórios e taxas líquidas de migração para as grandes regiões e unidades da Federação. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, mimeo, 1992.

9. CARVALHO, J.A.M. de. “Migrações internas - mensuração direta e indireta”. *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 1981, vol. 1, pp. 533-581.
10. CUNHA, J.M. – *Os Movimentos Migratórios no Centro-Oeste na década de 80*. Anais do Encontro Nacional Sobre Migração, Iparades, Curitiba, 1998.
11. CUNHA, José Marcos Pinto - Os Movimentos Migratórios no Centro-Oeste na Década de 80-Cadernos de Demografia n.º 4 CODEPLAN, junho de 1997.
12. ELLERY JR., R. e FERREIRA, P. “Crescimento econômico e convergência entre as rendas dos estados brasileiros”. *Anais do XVI Encontro Brasileiro de Econometria*, Florianópolis, SBE, 1994, pp. 264-286.
13. *Entorno*, Brasília, 1998.
14. FERNANDES, D.M. e CORDEIRO, L.D. – *Notas Sobre o Entorno de Distrito Federal*. Anais do I Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste, Codeplan, Brasília, 1997
15. FERREIRA, A. e DINIZ, C. “Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil”. *Revista de Economia Política*, 15(4),1995, pp. 38-56.
16. \_\_\_\_\_ - Censo Demográfico Distrito Federal 1980;
17. \_\_\_\_\_ - Censo Demográfico Distrito Federal- 1991;
18. \_\_\_\_\_ - Censo Demográfico Goiás 1970;
19. \_\_\_\_\_ - Censo Demográfico Goiás 1980;
20. \_\_\_\_\_ - Censo Demográfico Goiás 1991;
21. \_\_\_\_\_ - Contagem Distrito Federal 1996;
22. \_\_\_\_\_ - Contagem Goiás 1996;
23. \_\_\_\_\_ - Censo Demográfico Distrito Federal 1970;
24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). “Contas nacionais do Brasil - atualização”. *Conjuntura Econômica*, n. 25, setembro, 1971, pp. 91-114.
25. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.
26. \_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Brasil 1992*. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.



27. GEORGE, P. *Geografia da População*, 2ª ed. São Paulo: Difel, 1971. 119 p.
28. GRAHAM, D. “Padrões de convergência e divergência do crescimento econômico regional e das migrações no Brasil -1940/1960”. *Revista Brasileira de Economia*, 23(3), 1969, pp. 53-76.
29. GUIMARÃES, E.N. e LEME, H. J. – *Brasília Uma metrópole Singular no Centro-Oeste Brasileiro*. Mimeo, 2000.
30. HERVITZ, Hugo M. Seletivity, Adaptation, or Disruption? A Comparison of Alternative Hypotheses on the Effects of Migration on Fertility: The Case of Brazil. In: *International Migration Review*. New York, volume 19, n. ° 2, p.293-317, summer, 1985.
31. IPEA – *Gestão do Uso do Solo e disfunções do Crescimento Urbano*. Relatório de pesquisa N° 2 , Brasília, 1997
32. IPEA/IBGE/NESUR (IE/UNICAMP) – *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Coleção Pesquisas n.º 3, Vol. 1, Instituto de Economia/Unicamp, SP,1999
33. IPEA/NESUR (IE/UNICAMP) – *Caracterização das Regiões Metropolitanas Institucionalizadas*. Mimeo, 1999.
34. LE BRAS, H. *Los límites del planeta/ Mitos de la naturaleza y de la población*. Barcelona: Ariel, 1997. 256 p.
35. MARTINE, G. e CAMARGO, L. “Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 1, ns. 1-2, 1984, pp. 99-142.
36. MARTINE, G. e DINIZ, C. “Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico”. *Revista de Economia Política*, 11(3), 1991, pp. 121-134.
37. MORIN, E. & KERN, A. B. *Terra-Pátria*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 163 p.
38. MORIN, E. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo, Brasília: Cortez-Unesco, 2000. 118 p.
39. MPO/SEPPE – *Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e*
40. PACHECO, C. A- - Fragmentação da Nação. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, SP, 1998.
41. PAVIANI A. Brasília: a metrópole em crise. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.
42. PAVIANI A. Impactos de grandes projetos e a gestão externa do território. Anais do Terceiro Encontro Nacional da Associação

- Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional; 1989 Maio 8-11; Águas de São Pedro. Águas de São Pedro: ANPUR, 1989: vol. 2.
43. PAVIANI A. Reorganização regional e a interdisciplinaridade: desafio para os anos 90. *GEOSUL* 1989;4:17-29.
  44. PAVIANI, A , CAMPOS, N. e FARRET, R. – Mobilidade Residencial em Cidade Planejada: Brasília - DF. *Revista Brasileira de Geografia*, V 52,(2), Abril/Junho, R. J., 1990.
  45. PUYOL, R., ESTEBANEZ, J., MENDEZ, R. *Geografia Humana*. Madrid: Catedra, 1995. 727 p.
  46. RATZEL, F. *La Terra E La Vita/ Geografia Comparativa* (Vol. II). Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1907. 836 p.
  47. RUAS, CLAUDETE - Os Movimentos Migratórios no Distrito Federal- Cadernos de Demografia n.º 4- CODEPLAN, junho de 1997.
  48. SANTOS M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
  49. SANTOS, M. *Por uma outra globalização/ do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
  50. SHIVA, V. *Biopirataria/ A pilhagem da natureza e do conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 152 p.
  51. SOUSA EB de. Desenvolvimento urbano na década de 90. In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90 prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.
  52. TABUCHI, T. “Interregional income differentials and migration: their interrelationships”. *Regional Studies*, 22(1), 1988, pp. 1-10.
  53. TAYLOR, A. e WILLIAMSON, J. “Convergence in the age of mass migration”. *NBER Working Paper*, National Bureau of Economic Research, n. 4.711, mimeo, 1994.

## ANEXOS

### Contagem da População - 1996 - Distrito Federal

Tabela 1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as características investigadas.

Características Investigadas	Situação do domicílio e sexo		
	Total		
	Total	Homem	Mulher
<b>Total</b>	<b>1.821.946</b>	<b>873.914</b>	<b>948.032</b>
<b>Espécie do domicílio</b>			
Particular	1.814.276	868.290	945.986
Permanente	1.806.354	864.047	942.307
Improvizado	7.922	4.243	3.679
Coletivo	7.670	5.624	2.046
<b>Relação com o chefe</b>			
Chefe	462.282	338.870	123.412
Cônjuge	316.231	20.872	295.359
Filho	802.483	411.837	390.646
Outro parente	185.636	85.145	100.491
Agregado	18.284	8.004	10.280
Pensionista	3.527	1.824	1.703
Empregado doméstico	25.309	1.689	23.620
Parente do empregado doméstico	1.863	844	1.019
Individual em coletivo	5.971	4.657	1.314
Sem declaração	360	172	188
<b>Idade</b>			
Menos de 1 ano	37.066	18.777	18.289
Menos de 1 mês	3.149	1.581	1.568
1 mês	3.090	1.561	1.529
2 meses	3.135	1.569	1.566
3 meses	3.070	1.523	1.547
4 meses	3.049	1.549	1.500
5 meses	2.763	1.400	1.363
6 meses	2.838	1.438	1.400
7 meses	3.335	1.664	1.671
8 meses	3.131	1.608	1.523
9 meses	3.142	1.650	1.492
10 meses	3.178	1.602	1.576
11 meses	3.146	1.612	1.534

Ignorado	40	20	20
1 a 4 anos	143.825	72.837	70.988
5 a 9 anos	177.131	89.493	87.638
10 a 14 anos	195.283	96.958	98.325
15 a 19 anos	213.704	100.766	112.938
20 a 24 anos	199.964	94.582	105.382
25 a 29 anos	180.387	85.510	94.877
30 a 34 anos	160.001	74.705	85.296
35 a 39 anos	128.957	59.668	69.289
40 a 44 anos	109.277	51.110	58.167
45 a 49 anos	83.751	39.477	44.274
50 a 54 anos	61.102	28.948	32.154
55 a 59 anos	45.556	22.548	23.008
60 a 64 anos	31.965	15.189	16.776
65 a 69 anos	21.890	10.085	11.805
70 a 74 anos	13.918	6.138	7.780
75 a 79 anos	7.837	3.182	4.655
80 a 84 anos	4.937	1.806	3.131
85 a 89 anos	1.979	680	1.299
90 a 94 anos	680	227	453
95 a 99 anos	164	53	111
100 anos e mais	24	8	16
Sem declaração	2.548	1.167	1.381
<b>Pessoas de 4 anos ou mais de idade</b>	<b>1.675.972</b>	<b>800.074</b>	<b>875.898</b>
<b>Movimento migratório</b>			
Nasceu após 01.09.1991	34.916	17.773	17.143
Residia no município atual em 01.09.1991	1.467.762	702.600	765.162
Não residia no município atual em 01.09.1991	171.258	78.779	92.479
<b>UF em que residia</b>			
Rondônia	897	423	474
Acre	259	120	139
Amazonas	1.004	473	531
Roraima	188	93	95
Pará	4.768	2.215	2.553
Amapá	164	76	88
Tocantins	3.813	1.660	2.153
Maranhão	17.752	6.951	10.801
Piauí	20.450	8.670	11.780
Ceará	10.663	4.897	5.766
Rio Grande do Norte	3.117	1.454	1.663
Paraíba	5.825	2.776	3.049
Pernambuco	4.501	2.126	2.375
Alagoas	945	454	491

Sergipe	625	286	339
Bahia	20.172	9.110	11.062
Minas Gerais	21.019	9.896	11.123
Espírito Santo	1.024	512	512
Rio de Janeiro	9.936	5.015	4.921
São Paulo	7.711	3.883	3.828
Paraná	1.595	872	723
Santa Catarina	763	378	385
Rio grande do Sul	3.134	1.547	1.587
Mato grosso do Sul	853	426	427
Mato Grosso	1.653	840	813
Góias	24.018	11.455	12.563
Distrito Federal	0	0	0
País estrangeiro	3.588	1.821	1.767
Sem declaração	821	350	471
Sem declaração	2.036	922	1.114
<b>Anos de estudo</b>			
Sem instrução	108.523	52.315	56.208
Menos de 1 ano	116.485	59.060	57.425
1 ano	78.715	40.953	37.762
2 anos	88.260	44.670	43.590
3 anos	98.857	48.703	50.154
4 anos	183.151	90.724	92.427
5 anos	128.790	61.720	67.070
6 anos	86.790	40.481	46.309
7 anos	89.557	41.197	48.360
8 anos	157.005	72.915	84.090
9 anos	52.570	23.571	28.999
10 anos	54.445	24.974	29.471
11 anos	231.682	101.789	129.893
12 anos	14.435	6.901	7.534
13 anos	15.389	7.444	7.945
14 anos	19.544	8.641	10.903
15 anos	82.177	36.848	45.329
16 anos ou mais	49.124	27.282	21.842
Sem declaração	20.473	9.886	10.587
<b>Frequência à escola e escolaridade</b>			
Frequente escola (1)	603.280	292.451	310.829
Alfabetização de adultos	2.401	835	1.566
Pré-escolar	59.451	30.085	29.366
Primeiro grau	378.642	189.203	189.439
Primeira série	48.447	25.308	23.139
Segunda série	47.980	25.221	22.759
Terceira série	50.622	26.056	24.566
Quarta série	46.836	23.796	23.040

Quinta série	53.274	27.333	25.941
Sexta série	46.444	22.481	23.963
Sétima série	42.840	20.024	22.816
Oitava série	40.464	18.118	22.346
Sem declaração	1.735	866	869
Primeiro grau supletivo	18.194	8.021	10.173
Primeira série	850	338	512
Segunda série	821	328	493
Terceira série	1.066	430	636
Quarta série	1.547	668	879
Quinta série	1.919	834	1.085
Sexta série	1.775	833	942
Sétima série	2.262	1.031	1.231
Oitava série	3.150	1.397	1.753
Não seriado	4.772	2.145	2.627
Sem declaração	32	17	15
Segundo grau	87.399	37.480	49.919
Primeira série	36.303	15.650	20.653
Segunda série	27.653	11.771	15.882
Terceira série	23.097	9.911	13.186
Quarta série	13	7	6
Sem declaração	333	141	192
Segundo grau supletivo	7.051	3.231	3.820
Primeira série	1.364	597	767
Segunda série	1.635	742	893
Terceira série	1.658	777	881
Não seriado	2.315	1.082	1.233
Sem declaração	79	33	46
Pré-vestibular	4.951	2.245	2.706
Superior	41.112	19.316	21.796
Primeira série	10.477	4.804	5.673
Segunda série	11.248	5.237	6.011
Terceira série	9.641	4.581	5.060
Quarta série	6.981	3.281	3.700
Quinta série	2.082	1.072	1.010
Sexta série	387	193	194
Sem declaração	296	148	148
Mestrado/doutorado	892	445	447
Sem declaração	3.187	1.590	1.597
Não freqüenta escola (2)	1.068.849	505.698	563.151
Alfabetização de adultos	2.763	1.225	1.538
Pré-escolar	736	376	360
Primário	123.939	58.389	65.550
Primeira série	17.270	8.494	8.776
Segunda série	18.740	8.613	10.127

Terceira série	23.083	10.304	12.779
Quarta série	64.650	30.873	33.777
Quinta série	11	5	6
Sexta série	0	0	0
Sem declaração	185	100	85
Ginasial	42.700	19.543	23.157
Primeira série	8.523	3.787	4.736
Segunda série	5.265	2.404	2.861
Terceira série	6.551	3.075	3.476
Quarta série	22.137	10.184	11.953
Quinta série	170	64	106
Sem declaração	54	29	25
Primeiro grau	344.570	169.007	175.563
Primeira série	12.474	6.844	5.630
Segunda série	17.631	9.482	8.149
Terceira série	27.056	13.792	13.264
Quarta série	62.728	31.446	31.282
Quinta série	58.610	28.450	30.160
Sexta série	35.393	16.586	18.807
Sétima série	37.952	17.928	20.024
Oitava série	91.554	43.878	47.676
Nenhuma	514	270	244
Sem declaração	658	331	327
Primeiro grau supletivo	21.675	9.901	11.774
Primeira série	170	66	104
Segunda série	201	89	112
Terceira série	335	143	192
Quarta série	569	233	336
Quinta série	13.438	6.169	7.269
Sexta série	1.030	436	594
Sétima série	1.440	679	761
Oitava série	3.162	1.460	1.702
Não seriado	1.323	623	700
Sem declaração	7	3	4
Clássico/científico	26.847	12.150	14.697
Primeira série	1.031	494	537
Segunda série	1.835	959	876
Terceira série	22.796	10.216	12.580
Quarta série	231	80	151
Sem declaração	954	401	553
Segundo grau	237.221	105.062	132.159
Primeira série	20.171	9.518	10.653
Segunda série	21.991	10.602	11.389
Terceira série	193.990	84.456	109.534
Quarta série	219	94	125

Sem declaração	850	392	458
Segundo grau supletivo	7.043	3.706	3.337
Primeira série	535	261	274
Segunda série	900	473	427
Terceira série	3.969	2.139	1.830
Não seriado	1.545	785	760
Sem declaração	94	48	46
Superior	146.975	70.900	76.075
Primeira série	3.187	1.664	1.523
Segunda série	5.748	2.863	2.885
Terceira série	12.563	5.360	7.203
Quarta série	80.095	35.776	44.319
Quinta série	38.354	21.134	17.220
Sexta série	5.522	3.240	2.282
Sem declaração	1.506	863	643
Mestrado/doutorado	3.969	2.270	1.699
Sem declaração	1.888	854	1.034
Nunca frequentou	108.523	52.315	56.208
Sem declaração	3.843	1.925	1.918

Características Investigadas	Situação do domicílio e sexo		
	Urbana		
	Total	Homem	Mulher
<b>Total</b>	<b>1.692.248</b>	<b>806.104</b>	<b>886.144</b>
<b>Espécie do domicílio</b>			
Particular	1.686.807	802.522	884.285
Permanente	1.679.159	798.441	880.718
Improvisado	7.648	4.081	3.567
Coletivo	5.441	3.582	1.859
<b>Relação com o chefe</b>			
Chefe	430.529	311.383	119.146
Cônjuge	292.132	20.210	271.922
Filho	744.351	381.080	363.271
Outro parente	174.314	79.387	94.927
Agregado	16.884	6.984	9.900
Pensionista	3.502	1.808	1.694
Empregado doméstico	24.504	1.544	22.960
Parente do empregado doméstico	1.733	785	948
Individual em coletivo	3.990	2.788	1.202
Sem declaração	309	135	174
<b>Idade</b>			
Menos de 1 ano	33.452	16.963	16.489



Menos de 1 mês	2.862	1.450	1.412
1 mês	2.804	1.428	1.376
2 meses	2.860	1.417	1.443
3 meses	2.774	1.383	1.391
4 meses	2.767	1.402	1.365
5 meses	2.475	1.257	1.218
6 meses	2.586	1.310	1.276
7 meses	2.996	1.500	1.496
8 meses	2.800	1.438	1.362
9 meses	2.821	1.484	1.337
10 meses	2.863	1.442	1.421
11 meses	2.806	1.434	1.372
Ignorado	38	18	20
1 a 4 anos	130.040	65.763	64.277
5 a 9 anos	162.169	81.907	80.262
10 a 14 anos	181.406	89.804	91.602
15 a 19 anos	199.893	93.776	106.117
20 a 24 anos	185.720	87.065	98.655
25 a 29 anos	166.971	78.434	88.537
30 a 34 anos	148.364	68.563	79.801
35 a 39 anos	120.472	55.142	65.330
40 a 44 anos	102.939	47.644	55.295
45 a 49 anos	79.232	37.050	42.182
50 a 54 anos	57.701	27.142	30.559
55 a 59 anos	42.882	21.005	21.877
60 a 64 anos	30.066	14.106	15.960
65 a 69 anos	20.615	9.384	11.231
70 a 74 anos	13.165	5.722	7.443
75 a 79 anos	7.408	2.954	4.454
80 a 84 anos	4.705	1.707	2.998
85 a 89 anos	1.880	640	1.240
90 a 94 anos	635	205	430
95 a 99 anos	152	47	105
100 anos e mais	22	8	14
Sem declaração	2.359	1.073	1.286
<b>Pessoas de 4 anos ou mais de idade</b>	<b>1.560.432</b>	<b>739.448</b>	<b>820.984</b>
<b>Movimento migratório</b>			
Nasceu após 01.09.1991	31.675	16.069	15.606
Residia no município atual em 01.09.1991	1.375.570	654.410	721.160
Não residia no município atual em 01.09.1991	151.257	68.102	83.155
<b>UF em que residia</b>			
Rondônia	854	399	455
Acre	251	117	134

Amazonas	952	442	510
Roraima	186	92	94
Pará	4.272	1.956	2.316
Amapá	163	75	88
Tocantins	3.410	1.435	1.975
Maranhão	16.369	6.307	10.062
Piauí	18.279	7.568	10.711
Ceará	9.241	4.140	5.101
Rio Grande do Norte	2.820	1.301	1.519
Paraíba	5.021	2.324	2.697
Pernambuco	3.948	1.840	2.108
Alagoas	837	392	445
Sergipe	578	254	324
Bahia	17.040	7.387	9.653
Minas Gerais	17.898	8.209	9.689
Espírito Santo	926	456	470
Rio de Janeiro	9.420	4.739	4.681
São Paulo	7.279	3.645	3.634
Paraná	1.478	812	666
Santa Catarina	683	332	351
Rio grande do Sul	2.962	1.447	1.515
Mato grosso do Sul	795	393	402
Mato Grosso	1.494	750	744
Goiás	19.896	9.228	10.668
Distrito Federal	0	0	0
País estrangeiro	3.480	1.763	1.717
Sem declaração	725	299	426
Sem declaração	1.930	867	1.063
<b>Anos de estudo</b>			
Sem instrução	93.425	43.943	49.482
Menos de 1 ano	107.309	54.226	53.083
1 ano	70.437	36.235	34.202
2 anos	78.704	39.323	39.381
3 anos	88.709	43.166	45.543
4 anos	167.146	81.961	85.185
5 anos	119.079	56.777	62.302
6 anos	81.464	37.968	43.496
7 anos	84.636	38.851	45.785
8 anos	148.759	68.941	79.818
9 anos	50.359	22.565	27.794
10 anos	52.310	23.972	28.338
11 anos	223.093	97.704	125.389
12 anos	14.089	6.728	7.361
13 anos	14.944	7.232	7.712
14 anos	19.012	8.388	10.624

15 anos	79.642	35.574	44.068
16 anos ou mais	48.019	26.635	21.384
Sem declaração	19.296	9.259	10.037
<b>Frequência à escola e escolaridade</b>			
Frequente escola (1)	567.527	274.212	293.315
Alfabetização de adultos	2.237	749	1.488
Pré-escolar	55.775	28.220	27.555
Primeiro grau	351.859	175.354	176.505
Primeira série	43.821	22.834	20.987
Segunda série	43.667	22.876	20.791
Terceira série	46.446	23.836	22.610
Quarta série	43.263	21.939	21.324
Quinta série	49.836	25.580	24.256
Sexta série	43.746	21.144	22.602
Sétima série	40.803	19.071	21.732
Oitava série	38.655	17.272	21.383
Sem declaração	1.622	802	820
Primeiro grau supletivo	17.490	7.620	9.870
Primeira série	810	316	494
Segunda série	778	300	478
Terceira série	1.024	405	619
Quarta série	1.459	615	844
Quinta série	1.846	788	1.058
Sexta série	1.727	810	917
Sétima série	2.212	1.004	1.208
Oitava série	3.082	1.356	1.726
Não seriado	4.520	2.009	2.511
Sem declaração	32	17	15
Segundo grau	84.290	36.097	48.193
Primeira série	34.915	15.043	19.872
Segunda série	26.709	11.355	15.354
Terceira série	22.337	9.560	12.777
Quarta série	11	5	6
Sem declaração	318	134	184
Segundo grau supletivo	6.832	3.128	3.704
Primeira série	1.325	579	746
Segunda série	1.592	723	869
Terceira série	1.622	763	859
Não seriado	2.217	1.031	1.186
Sem declaração	76	32	44
Pré-vestibular	4.827	2.184	2.643
Superior	40.293	18.914	21.379
Primeira série	10.290	4.708	5.582
Segunda série	11.025	5.133	5.892
Terceira série	9.434	4.488	4.946

Quarta série	6.836	3.204	3.632
Quinta série	2.040	1.047	993
Sexta série	377	190	187
Sem declaração	291	144	147
Mestrado/doutorado	871	433	438
Sem declaração	3.053	1.513	1.540
Não frequenta escola (2)	989.404	463.484	525.920
Alfabetização de adultos	2.410	1.022	1.388
Pré-escolar	632	307	325
Primário	114.848	53.345	61.503
Primeira série	15.573	7.490	8.083
Segunda série	16.872	7.598	9.274
Terceira série	21.262	9.382	11.880
Quarta série	60.959	28.780	32.179
Quinta série	11	5	6
Sexta série	0	0	0
Sem declaração	171	90	81
Ginasial	41.289	18.809	22.480
Primeira série	8.162	3.601	4.561
Segunda série	5.110	2.315	2.795
Terceira série	6.370	2.976	3.394
Quarta série	21.427	9.825	11.602
Quinta série	166	63	103
Sem declaração	54	29	25
Primeiro grau	307.533	149.213	158.320
Primeira série	10.264	5.512	4.752
Segunda série	14.177	7.404	6.773
Terceira série	22.400	11.094	11.306
Quarta série	53.964	26.597	27.367
Quinta série	52.618	25.362	27.256
Sexta série	32.338	15.158	17.180
Sétima série	35.160	16.601	18.559
Oitava série	85.628	40.982	44.646
Nenhuma	400	210	190
Sem declaração	584	293	291
Primeiro grau supletivo	20.703	9.399	11.304
Primeira série	155	57	98
Segunda série	185	80	105
Terceira série	325	136	189
Quarta série	530	211	319
Quinta série	12.826	5.860	6.966
Sexta série	1.001	420	581
Sétima série	1.369	646	723
Oitava série	3.081	1.418	1.663
Não seriado	1.224	568	656

Sem declaração	7	3	4
Clássico/científico	26.362	11.894	14.468
Primeira série	1.006	482	524
Segunda série	1.796	937	859
Terceira série	22.393	10.004	12.389
Quarta série	228	80	148
Sem declaração	939	391	548
Segundo grau	227.064	100.287	126.777
Primeira série	19.131	9.038	10.093
Segunda série	20.841	10.063	10.778
Terceira série	186.065	80.715	105.350
Quarta série	210	92	118
Sem declaração	817	379	438
Segundo grau supletivo	6.793	3.578	3.215
Primeira série	513	249	264
Segunda série	876	460	416
Terceira série	3.907	2.105	1.802
Não seriado	1.408	718	690
Sem declaração	89	46	43
Superior	142.785	68.720	74.065
Primeira série	3.064	1.595	1.469
Segunda série	5.510	2.744	2.766
Terceira série	12.176	5.184	6.992
Quarta série	77.602	34.527	43.075
Quinta série	37.563	20.662	16.901
Sexta série	5.419	3.178	2.241
Sem declaração	1.451	830	621
Mestrado/doutorado	3.789	2.172	1.617
Sem declaração	1.771	795	976
Nunca frequentou	93.425	43.943	49.482
Sem declaração	3.501	1.752	1.749

Características Investigadas	Situação do domicílio e sexo		
	Rural		
	Total	Homem	Mulher
<b>Total</b>	<b>129.698</b>	<b>67.810</b>	<b>61.888</b>
<b>Espécie do domicílio</b>			
Particular	127.469	65.768	61.701
Permanente	127.195	65.606	61.589
Improvizado	274	162	112
Coletivo	2.229	2.042	187
<b>Relação com o chefe</b>			

Chefe	31.753	27.487	4.266
Cônjuge	24.099	662	23.437
Filho	58.132	30.757	27.375
Outro parente	11.322	5.758	5.564
Agregado	1.400	1.020	380
Pensionista	25	16	9
Empregado doméstico	805	145	660
Parente do empregado doméstico	130	59	71
Individual em coletivo	1.981	1.869	112
Sem declaração	51	37	14
<b>Idade</b>			
Menos de 1 ano	3.614	1.814	1.800
Menos de 1 mês	287	131	156
1 mês	286	133	153
2 meses	275	152	123
3 meses	296	140	156
4 meses	282	147	135
5 meses	288	143	145
6 meses	252	128	124
7 meses	339	164	175
8 meses	331	170	161
9 meses	321	166	155
10 meses	315	160	155
11 meses	340	178	162
Ignorado	2	2	0
1 a 4 anos	13.785	7.074	6.711
5 a 9 anos	14.962	7.586	7.376
10 a 14 anos	13.877	7.154	6.723
15 a 19 anos	13.811	6.990	6.821
20 a 24 anos	14.244	7.517	6.727
25 a 29 anos	13.416	7.076	6.340
30 a 34 anos	11.637	6.142	5.495
35 a 39 anos	8.485	4.526	3.959
40 a 44 anos	6.338	3.466	2.872
45 a 49 anos	4.519	2.427	2.092
50 a 54 anos	3.401	1.806	1.595
55 a 59 anos	2.674	1.543	1.131
60 a 64 anos	1.899	1.083	816
65 a 69 anos	1.275	701	574
70 a 74 anos	753	416	337
75 a 79 anos	429	228	201
80 a 84 anos	232	99	133
85 a 89 anos	99	40	59
90 a 94 anos	45	22	23
95 a 99 anos	12	6	6

100 anos e mais	2	0	2
Sem declaração	189	94	95
<b>Pessoas de 4 anos ou mais de idade</b>	115.540	60.626	54.914
<b>Movimento migratório</b>			
Nasceu após 01.09.1991	3.241	1.704	1.537
Residia no município atual em 01.09.1991	92.192	48.190	44.002
Não residia no município atual em 01.09.1991	20.001	10.677	9.324
<b>UF em que residia</b>			
Rondônia	43	24	19
Acre	8	3	5
Amazonas	52	31	21
Roraima	2	1	1
Pará	496	259	237
Amapá	1	1	0
Tocantins	403	225	178
Maranhão	1.383	644	739
Piauí	2.171	1.102	1.069
Ceará	1.422	757	665
Rio Grande do Norte	297	153	144
Paraíba	804	452	352
Pernambuco	553	286	267
Alagoas	108	62	46
Sergipe	47	32	15
Bahia	3.132	1.723	1.409
Minas Gerais	3.121	1.687	1.434
Espírito Santo	98	56	42
Rio de Janeiro	516	276	240
São Paulo	432	238	194
Paraná	117	60	57
Santa Catarina	80	46	34
Rio grande do Sul	172	100	72
Mato grosso do Sul	58	33	25
Mato Grosso	159	90	69
Góias	4.122	2.227	1.895
Distrito Federal	0	0	0
País estrangeiro	108	58	50
Sem declaração	96	51	45
Sem declaração	106	55	51
<b>Anos de estudo</b>			
Sem instrução	15.098	8.372	6.726
Menos de 1 ano	9.176	4.834	4.342
1 ano	8.278	4.718	3.560
2 anos	9.556	5.347	4.209

3 anos	10.148	5.537	4.611
4 anos	16.005	8.763	7.242
5 anos	9.711	4.943	4.768
6 anos	5.326	2.513	2.813
7 anos	4.921	2.346	2.575
8 anos	8.246	3.974	4.272
9 anos	2.211	1.006	1.205
10 anos	2.135	1.002	1.133
11 anos	8.589	4.085	4.504
12 anos	346	173	173
13 anos	445	212	233
14 anos	532	253	279
15 anos	2.535	1.274	1.261
16 anos ou mais	1.105	647	458
Sem declaração	1.177	627	550
<b>Frequência à escola e escolaridade</b>			
Frequente escola (1)	35.753	18.239	17.514
Alfabetização de adultos	164	86	78
Pré-escolar	3.676	1.865	1.811
Primeiro grau	26.783	13.849	12.934
Primeira série	4.626	2.474	2.152
Segunda série	4.313	2.345	1.968
Terceira série	4.176	2.220	1.956
Quarta série	3.573	1.857	1.716
Quinta série	3.438	1.753	1.685
Sexta série	2.698	1.337	1.361
Sétima série	2.037	953	1.084
Oitava série	1.809	846	963
Sem declaração	113	64	49
Primeiro grau supletivo	704	401	303
Primeira série	40	22	18
Segunda série	43	28	15
Terceira série	42	25	17
Quarta série	88	53	35
Quinta série	73	46	27
Sexta série	48	23	25
Sétima série	50	27	23
Oitava série	68	41	27
Não seriado	252	136	116
Sem declaração	0	0	0
Segundo grau	3.109	1.383	1.726
Primeira série	1.388	607	781
Segunda série	944	416	528
Terceira série	760	351	409
Quarta série	2	2	0



Sem declaração	15	7	8
Segundo grau supletivo	219	103	116
Primeira série	39	18	21
Segunda série	43	19	24
Terceira série	36	14	22
Não seriado	98	51	47
Sem declaração	3	1	2
Pré-vestibular	124	61	63
Superior	819	402	417
Primeira série	187	96	91
Segunda série	223	104	119
Terceira série	207	93	114
Quarta série	145	77	68
Quinta série	42	25	17
Sexta série	10	3	7
Sem declaração	5	4	1
Mestrado/doutorado	21	12	9
Sem declaração	134	77	57
Não freqüenta escola (2)	79.445	42.214	37.231
Alfabetização de adultos	353	203	150
Pré-escolar	104	69	35
Primário	9.091	5.044	4.047
Primeira série	1.697	1.004	693
Segunda série	1.868	1.015	853
Terceira série	1.821	922	899
Quarta série	3.691	2.093	1.598
Quinta série	0	0	0
Sexta série	0	0	0
Sem declaração	14	10	4
Ginasial	1.411	734	677
Primeira série	361	186	175
Segunda série	155	89	66
Terceira série	181	99	82
Quarta série	710	359	351
Quinta série	4	1	3
Sem declaração	0	0	0
Primeiro grau	37.037	19.794	17.243
Primeira série	2.210	1.332	878
Segunda série	3.454	2.078	1.376
Terceira série	4.656	2.698	1.958
Quarta série	8.764	4.849	3.915
Quinta série	5.992	3.088	2.904
Sexta série	3.055	1.428	1.627
Sétima série	2.792	1.327	1.465
Oitava série	5.926	2.896	3.030

Nenhuma	114	60	54
Sem declaração	74	38	36
Primeiro grau supletivo	972	502	470
Primeira série	15	9	6
Segunda série	16	9	7
Terceira série	10	7	3
Quarta série	39	22	17
Quinta série	612	309	303
Sexta série	29	16	13
Sétima série	71	33	38
Oitava série	81	42	39
Não seriado	99	55	44
Sem declaração	0	0	0
Clássico/científico	485	256	229
Primeira série	25	12	13
Segunda série	39	22	17
Terceira série	403	212	191
Quarta série	3	0	3
Sem declaração	15	10	5
Segundo grau	10.157	4.775	5.382
Primeira série	1.040	480	560
Segunda série	1.150	539	611
Terceira série	7.925	3.741	4.184
Quarta série	9	2	7
Sem declaração	33	13	20
Segundo grau supletivo	250	128	122
Primeira série	22	12	10
Segunda série	24	13	11
Terceira série	62	34	28
Não seriado	137	67	70
Sem declaração	5	2	3
Superior	4.190	2.180	2.010
Primeira série	123	69	54
Segunda série	238	119	119
Terceira série	387	176	211
Quarta série	2.493	1.249	1.244
Quinta série	791	472	319
Sexta série	103	62	41
Sem declaração	55	33	22
Mestrado/doutorado	180	98	82
Sem declaração	117	59	58
Nunca frequentou	15.098	8.372	6.726
Sem declaração	342	173	169

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
(1) Escolaridade: série e grau que frequenta.

(2) Escolaridade: última série concluída e grau que frequentou.

### Contagem da População - 1996 - Distrito Federal

Tabela 2 - Unidades de habitação, por situação e sexo do chefe da unidade de habitação, segundo as características investigadas.

Características Investigadas	Situação do domicílio e sexo		
	Total		
	Total	Homem	Mulher
<b>Total</b>	<b>468.253</b>	<b>343.527</b>	<b>124.726</b>
<b>Espécie do domicílio</b>			
Particular	461.602	338.392	123.210
Permanente	459.158	336.479	122.679
Improvizado	2.444	1.913	531
Coletivo	6.651	5.135	1.516
<b>Número de moradores</b>			
1 morador	43.790	25.697	18.093
2 moradores	70.078	44.304	25.774
3 moradores	91.894	64.255	27.639
4 moradores	104.862	82.452	22.410
5 moradores	79.477	65.141	14.336
6 moradores	41.484	33.410	8.074
7 moradores	17.873	14.105	3.768
8 moradores	9.049	6.889	2.160
9 moradores	4.529	3.421	1.108
10 moradores	2.443	1.854	589
11 moradores	1.238	914	324
12 moradores	702	509	193
13 moradores	387	270	117
14 moradores	197	140	57
15 moradores ou mais	250	166	84
<b>Número de moradores homem</b>			
Nenhum	41.587	0	41.587
1 morador	165.092	125.576	39.516
2 moradores	141.137	116.039	25.098
3 moradores	77.008	65.454	11.554
4 moradores	29.105	24.675	4.430
5 moradores	9.497	7.854	1.643

6 moradores	3.121	2.574	547
7 moradores	1.097	886	211
8 moradores	394	309	85
9 moradores	142	105	37
10 moradores	45	36	9
11 moradores	19	14	5
12 moradores	4	3	1
13 moradores	2	0	2
14 moradores	2	2	0
15 moradores ou mais	1	0	1
<b>Número de moradores mulher</b>			
Nenhum	34.506	34.506	0
1 morador	143.622	100.810	42.812
2 moradores	147.737	107.305	40.432
3 moradores	88.343	63.848	24.495
4 moradores	35.964	25.282	10.682
5 moradores	11.883	7.925	3.958
6 moradores	4.076	2.569	1.507
7 moradores	1.317	800	517
8 moradores	498	294	204
9 moradores	176	116	60
10 moradores	77	45	32
11 moradores	38	17	21
12 moradores	7	6	1
13 moradores	8	4	4
14 moradores	0	0	0
15 moradores ou mais	1	0	1
<b>Idade do chefe</b>			
10 a 14 anos	388	238	150
15 a 19 anos	6.065	4.405	1.660
20 a 24 anos	33.602	26.963	6.639
25 a 29 anos	61.974	49.647	12.327
30 a 34 anos	70.677	54.819	15.858
35 a 39 anos	66.070	49.032	17.038
40 a 44 anos	61.127	44.364	16.763
45 a 49 anos	49.454	35.182	14.272
50 a 54 anos	37.559	25.968	11.591
55 a 59 anos	29.287	20.305	8.982
60 a 64 anos	20.774	13.647	7.127
65 a 69 anos	14.121	8.865	5.256
70 a 74 anos	8.551	5.176	3.375
75 a 79 anos	4.442	2.550	1.892
80 a 84 anos	2.354	1.280	1.074
85 a 89 anos	723	400	323
90 a 94 anos	197	104	93

95 a 99 anos	40	23	17
100 anos e mais	4	2	2
Sem declaração	680	476	204
<b>Movimento migratório do chefe</b>			
Residia no município atual em 01.09.1991	423.536	307.746	115.790
Não residia no município atual em 01.09.1991	44.298	35.556	8.742
<b>UF em que residia</b>			
Rondônia	258	194	64
Acre	71	53	18
Amazonas	306	248	58
Roraima	60	47	13
Pará	1.177	958	219
Amapá	45	33	12
Tocantins	842	671	171
Maranhão	3.389	2.534	855
Piauí	4.288	3.365	923
Ceará	2.577	2.089	488
Rio Grande do Norte	773	642	131
Paraíba	1.367	1.146	221
Pernambuco	1.140	941	199
Alagoas	264	211	53
Sergipe	187	149	38
Bahia	4.526	3.707	819
Minas Gerais	5.649	4.566	1.083
Espírito Santo	330	254	76
Rio de Janeiro	3.359	2.768	591
São Paulo	2.705	2.100	605
Paraná	619	534	85
Santa Catarina	252	196	56
Rio Grande do Sul	1.021	860	161
Mato Grosso do Sul	282	230	52
Mato Grosso	523	437	86
Góias	6.794	5.483	1.311
Distrito Federal	0	0	0
País estrangeiro	1.309	1.013	296
Sem declaração	185	127	58
Sem declaração	337	189	148
<b>Anos de estudo do chefe</b>			
Sem instrução	35.486	23.358	12.128
Menos de 1 ano	3.898	2.449	1.449
1 ano	15.033	11.216	3.817
2 anos	17.443	12.810	4.633
3 anos	22.971	16.647	6.324

4 anos	61.675	45.974	15.701
5 anos	31.646	23.384	8.262
6 anos	14.853	11.113	3.740
7 anos	18.319	13.639	4.680
8 anos	50.304	38.243	12.061
9 anos	9.723	7.320	2.403
10 anos	12.060	9.058	3.002
11 anos	85.201	62.769	22.432
12 anos	3.084	2.279	805
13 anos	4.727	3.509	1.218
14 anos	7.500	5.235	2.265
15 anos	41.428	29.151	12.277
16 anos ou mais	28.758	22.405	6.353
Sem declaração	4.082	2.943	1.139
<b>Frequência à escola e escolaridade do chefe</b>			
Frequente escola (1)	19.895	13.321	6.574
Alfabetização de adultos	949	502	447
Pré-escolar	41	20	21
Primeiro grau	3.090	1.917	1.173
Primeira série	346	213	133
Segunda série	245	157	88
Terceira série	240	150	90
Quarta série	365	240	125
Quinta série	351	219	132
Sexta série	327	203	124
Sétima série	440	260	180
Oitava série	769	470	299
Sem declaração	7	5	2
Primeiro grau supletivo	3.330	2.111	1.219
Primeira série	226	155	71
Segunda série	221	123	98
Terceira série	239	147	92
Quarta série	335	220	115
Quinta série	329	203	126
Sexta série	263	171	92
Sétima série	331	204	127
Oitava série	502	303	199
Não seriado	881	582	299
Sem declaração	3	3	0
Segundo grau	3.261	2.142	1.119
Primeira série	1.011	639	372
Segunda série	1.082	739	343
Terceira série	1.156	756	400
Quarta série	3	2	1

Sem declaração	9	6	3
Segundo grau supletivo	1.376	940	436
Primeira série	220	153	67
Segunda série	337	224	113
Terceira série	356	249	107
Não seriado	458	311	147
Sem declaração	5	3	2
Pré-vestibular	407	278	129
Superior	6.907	5.054	1.853
Primeira série	1.141	850	291
Segunda série	1.588	1.138	450
Terceira série	1.900	1.390	510
Quarta série	1.530	1.118	412
Quinta série	546	411	135
Sexta série	126	91	35
Sem declaração	76	56	20
Mestrado/doutorado	394	264	130
Sem declaração	140	93	47
Não freqüenta escola (2)	447.964	329.951	118.013
Alfabetização de adultos	1.484	958	526
Pré-escolar	38	22	16
Primário	72.732	50.953	21.779
Primeira série	10.239	7.334	2.905
Segunda série	10.893	7.451	3.442
Terceira série	13.207	8.909	4.298
Quarta série	38.271	27.169	11.102
Quinta série	5	3	2
Sexta série	0	0	0
Sem declaração	117	87	30
Ginasial	24.612	17.258	7.354
Primeira série	4.928	3.371	1.557
Segunda série	3.039	2.123	916
Terceira série	3.877	2.712	1.165
Quarta série	12.643	8.979	3.664
Quinta série	95	49	46
Sem declaração	30	24	6
Primeiro grau	118.257	93.744	24.513
Primeira série	4.263	3.563	700
Segunda série	5.984	5.003	981
Terceira série	8.930	7.194	1.736
Quarta série	22.506	18.254	4.252
Quinta série	18.537	14.369	4.168
Sexta série	10.643	8.265	2.378
Sétima série	12.577	9.735	2.842
Oitava série	34.418	27.060	7.358

Nenhuma	249	189	60
Sem declaração	150	112	38
Primeiro grau supletivo	11.111	7.702	3.409
Primeira série	65	39	26
Segunda série	87	59	28
Terceira série	134	84	50
Quarta série	213	126	87
Quinta série	7.591	5.270	2.321
Sexta série	400	261	139
Sétima série	594	419	175
Oitava série	1.459	1.052	407
Não seriado	565	390	175
Sem declaração	3	2	1
Clássico/científico	15.849	10.923	4.926
Primeira série	621	442	179
Segunda série	1.217	886	331
Terceira série	13.394	9.181	4.213
Quarta série	122	68	54
Sem declaração	495	346	149
Segundo grau	83.900	62.999	20.901
Primeira série	6.703	5.189	1.514
Segunda série	8.451	6.537	1.914
Terceira série	68.374	51.008	17.366
Quarta série	85	59	26
Sem declaração	287	206	81
Segundo grau supletivo	3.564	2.698	866
Primeira série	237	161	76
Segunda série	470	350	120
Terceira série	2.085	1.603	482
Não seriado	743	565	178
Sem declaração	29	19	10
Superior	77.750	56.901	20.849
Primeira série	1.496	1.141	355
Segunda série	2.827	2.119	708
Terceira série	5.970	4.117	1.853
Quarta série	40.882	28.740	12.142
Quinta série	22.234	17.319	4.915
Sexta série	3.445	2.757	688
Sem declaração	896	708	188
Mestrado/doutorado	2.559	1.974	585
Sem declaração	622	461	161
Nunca freqüentou	35.486	23.358	12.128
Sem declaração	332	230	102



Características Investigadas	Situação do domicílio e sexo		
	Urbana		
	Total	Homem	Mulher
<b>Total</b>	<b>434.519</b>	<b>314.171</b>	<b>120.348</b>
<b>Espécie do domicílio</b>			
Particular	429.967	311.006	118.961
Permanente	427.612	309.173	118.439
Improvizado	2.355	1.833	522
Coletivo	4.552	3.165	1.387
<b>Número de moradores</b>			
1 morador	39.010	21.546	17.464
2 moradores	65.540	40.638	24.902
3 moradores	85.731	59.027	26.704
4 moradores	97.981	76.288	21.693
5 moradores	74.264	60.440	13.824
6 moradores	38.407	30.662	7.745
7 moradores	16.436	12.824	3.612
8 moradores	8.306	6.251	2.055
9 moradores	4.139	3.084	1.055
10 moradores	2.213	1.657	556
11 moradores	1.127	813	314
12 moradores	626	444	182
13 moradores	342	233	109
14 moradores	177	122	55
15 moradores ou mais	220	142	78
<b>Número de moradores homem</b>			
Nenhum	40.274	0	40.274
1 morador	152.190	113.985	38.205
2 moradores	131.262	107.119	24.143
3 moradores	71.253	60.158	11.095
4 moradores	26.662	22.434	4.228
5 moradores	8.603	7.039	1.564
6 moradores	2.785	2.274	511
7 moradores	962	768	194
8 moradores	340	260	80
9 moradores	126	90	36
10 moradores	37	28	9
11 moradores	17	12	5
12 moradores	3	2	1

13 moradores	2	0	2
14 moradores	2	2	0
15 moradores ou mais	1	0	1
<b>Número de moradores mulher</b>			
Nenhum	29.500	29.500	0
1 morador	133.628	92.418	41.210
2 moradores	137.987	98.914	39.073
3 moradores	82.872	59.175	23.697
4 moradores	33.672	23.347	10.325
5 moradores	11.100	7.309	3.791
6 moradores	3.801	2.355	1.446
7 moradores	1.214	718	496
8 moradores	467	269	198
9 moradores	158	103	55
10 moradores	71	39	32
11 moradores	34	14	20
12 moradores	7	6	1
13 moradores	7	4	3
14 moradores	0	0	0
15 moradores ou mais	1	0	1
<b>Idade do chefe</b>			
10 a 14 anos	353	214	139
15 a 19 anos	5.341	3.785	1.556
20 a 24 anos	29.905	23.494	6.411
25 a 29 anos	56.244	44.366	11.878
30 a 34 anos	64.826	49.575	15.251
35 a 39 anos	61.453	45.017	16.436
40 a 44 anos	57.433	41.241	16.192
45 a 49 anos	46.773	32.962	13.811
50 a 54 anos	35.512	24.306	11.206
55 a 59 anos	27.565	18.884	8.681
60 a 64 anos	19.547	12.659	6.888
65 a 69 anos	13.311	8.241	5.070
70 a 74 anos	8.105	4.834	3.271
75 a 79 anos	4.208	2.371	1.837
80 a 84 anos	2.252	1.217	1.035
85 a 89 anos	693	382	311
90 a 94 anos	183	94	89
95 a 99 anos	38	22	16
100 anos e mais	4	2	2
Sem declaração	609	424	185
<b>Movimento migratório do chefe</b>			
Residia no município atual em 01.09.1991	395.589	283.712	111.877
Não residia no município atual em	38.533	30.247	8.286

01.09.1991			
<b>UF em que residia</b>			
Rondônia	243	181	62
Acre	68	50	18
Amazonas	292	234	58
Roraima	59	46	13
Pará	1.033	827	206
Amapá	45	33	12
Tocantins	718	552	166
Maranhão	3.060	2.248	812
Piauí	3.764	2.887	877
Ceará	2.144	1.685	459
Rio Grande do Norte	688	562	126
Paraíba	1.163	950	213
Pernambuco	996	809	187
Alagoas	232	180	52
Sergipe	169	131	38
Bahia	3.670	2.905	765
Minas Gerais	4.708	3.703	1.005
Espírito Santo	299	225	74
Rio de Janeiro	3.178	2.600	578
São Paulo	2.556	1.968	588
Paraná	580	497	83
Santa Catarina	228	173	55
Rio Grande do Sul	966	809	157
Mato Grosso do Sul	257	208	49
Mato Grosso	469	387	82
Góias	5.527	4.319	1.208
Distrito Federal	0	0	0
País estrangeiro	1.264	976	288
Sem declaração	157	102	55
Sem declaração	315	176	139
<b>Anos de estudo do chefe</b>			
Sem instrução	30.378	18.987	11.391
Menos de 1 ano	3.473	2.096	1.377
1 ano	13.069	9.468	3.601
2 anos	14.825	10.502	4.323
3 anos	19.942	13.983	5.959
4 anos	55.814	40.730	15.084
5 anos	29.038	21.108	7.930
6 anos	13.757	10.154	3.603
7 anos	17.212	12.685	4.527
8 anos	47.553	35.881	11.672
9 anos	9.254	6.927	2.327
10 anos	11.522	8.598	2.924

11 anos	81.727	59.803	21.924
12 anos	2.976	2.185	791
13 anos	4.564	3.372	1.192
14 anos	7.273	5.049	2.224
15 anos	40.118	28.034	12.084
16 anos ou mais	28.110	21.845	6.265
Sem declaração	3.852	2.739	1.113
<b>Frequência à escola e escolaridade do chefe</b>			
Frequente escola (1)	19.020	12.612	6.408
Alfabetização de adultos	871	438	433
Pré-escolar	41	20	21
Primeiro grau	2.839	1.725	1.114
Primeira série	311	182	129
Segunda série	217	137	80
Terceira série	217	133	84
Quarta série	329	212	117
Quinta série	323	196	127
Sexta série	305	188	117
Sétima série	415	242	173
Oitava série	715	430	285
Sem declaração	7	5	2
Primeiro grau supletivo	3.169	1.974	1.195
Primeira série	211	142	69
Segunda série	203	107	96
Terceira série	227	138	89
Quarta série	309	198	111
Quinta série	314	189	125
Sexta série	252	164	88
Sétima série	323	198	125
Oitava série	491	294	197
Não seriado	836	541	295
Sem declaração	3	3	0
Segundo grau	3.109	2.022	1.087
Primeira série	963	601	362
Segunda série	1.024	694	330
Terceira série	1.111	720	391
Quarta série	3	2	1
Sem declaração	8	5	3
Segundo grau supletivo	1.336	910	426
Primeira série	212	148	64
Segunda série	330	219	111
Terceira série	350	244	106
Não seriado	439	296	143
Sem declaração	5	3	2

Pré-vestibular	399	271	128
Superior	6.737	4.908	1.829
Primeira série	1.116	828	288
Segunda série	1.545	1.101	444
Terceira série	1.859	1.356	503
Quarta série	1.492	1.083	409
Quinta série	530	397	133
Sexta série	122	90	32
Sem declaração	73	53	20
Mestrado/doutorado	387	258	129
Sem declaração	132	86	46
Não freqüenta escola (2)	415.147	301.340	113.807
Alfabetização de adultos	1.286	793	493
Pré-escolar	35	20	15
Primário	67.324	46.365	20.959
Primeira série	9.188	6.426	2.762
Segunda série	9.761	6.514	3.247
Terceira série	12.191	8.076	4.115
Quarta série	36.073	25.269	10.804
Quinta série	5	3	2
Sexta série	0	0	0
Sem declaração	106	77	29
Ginasial	23.789	16.593	7.196
Primeira série	4.711	3.199	1.512
Segunda série	2.932	2.038	894
Terceira série	3.777	2.625	1.152
Quarta série	12.244	8.658	3.586
Quinta série	95	49	46
Sem declaração	30	24	6
Primeiro grau	104.200	81.072	23.128
Primeira série	3.401	2.763	638
Segunda série	4.538	3.662	876
Terceira série	6.984	5.417	1.567
Quarta série	18.906	14.964	3.942
Quinta série	16.502	12.555	3.947
Sexta série	9.700	7.426	2.274
Sétima série	11.664	8.938	2.726
Oitava série	32.183	25.111	7.072
Nenhuma	196	144	52
Sem declaração	126	92	34
Primeiro grau supletivo	10.626	7.306	3.320
Primeira série	60	35	25
Segunda série	82	55	27
Terceira série	129	80	49
Quarta série	193	109	84

Quinta série	7.268	5.002	2.266
Sexta série	387	250	137
Sétima série	565	398	167
Oitava série	1.417	1.018	399
Não seriado	522	357	165
Sem declaração	3	2	1
Clássico/científico	15.554	10.684	4.870
Primeira série	604	430	174
Segunda série	1.192	865	327
Terceira série	13.152	8.985	4.167
Quarta série	121	68	53
Sem declaração	485	336	149
Segundo grau	79.943	59.601	20.342
Primeira série	6.376	4.907	1.469
Segunda série	8.004	6.152	1.852
Terceira série	65.205	48.287	16.918
Quarta série	82	58	24
Sem declaração	276	197	79
Segundo grau supletivo	3.461	2.616	845
Primeira série	228	155	73
Segunda série	463	344	119
Terceira série	2.051	1.577	474
Não seriado	692	522	170
Sem declaração	27	18	9
Superior	75.507	54.985	20.522
Primeira série	1.431	1.084	347
Segunda série	2.705	2.016	689
Terceira série	5.781	3.966	1.815
Quarta série	39.588	27.637	11.951
Quinta série	21.761	16.905	4.856
Sexta série	3.380	2.699	681
Sem declaração	861	678	183
Mestrado/doutorado	2.460	1.893	567
Sem declaração	584	425	159
Nunca freqüentou	30.378	18.987	11.391
Sem declaração	290	194	96

<b>Conclusão</b>			
<b>Características Investigadas</b>	<b>Situação do domicílio e sexo</b>		
	<b>Rural</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
<b>Total</b>	<b>33.734</b>	<b>29.356</b>	<b>4.378</b>
<b>Espécie do domicílio</b>			

Particular	31.635	27.386	4.249
Permanente	31.546	27.306	4.240
Improvisado	89	80	9
Coletivo	2.099	1.970	129
<b>Número de moradores</b>			
1 morador	4.780	4.151	629
2 moradores	4.538	3.666	872
3 moradores	6.163	5.228	935
4 moradores	6.881	6.164	717
5 moradores	5.213	4.701	512
6 moradores	3.077	2.748	329
7 moradores	1.437	1.281	156
8 moradores	743	638	105
9 moradores	390	337	53
10 moradores	230	197	33
11 moradores	111	101	10
12 moradores	76	65	11
13 moradores	45	37	8
14 moradores	20	18	2
15 moradores ou mais	30	24	6
<b>Número de moradores homem</b>			
Nenhum	1.313	0	1.313
1 morador	12.902	11.591	1.311
2 moradores	9.875	8.920	955
3 moradores	5.755	5.296	459
4 moradores	2.443	2.241	202
5 moradores	894	815	79
6 moradores	336	300	36
7 moradores	135	118	17
8 moradores	54	49	5
9 moradores	16	15	1
10 moradores	8	8	0
11 moradores	2	2	0
12 moradores	1	1	0
13 moradores	0	0	0
14 moradores	0	0	0
15 moradores ou mais	0	0	0
<b>Número de moradores mulher</b>			
Nenhum	5.006	5.006	0
1 morador	9.994	8.392	1.602
2 moradores	9.750	8.391	1.359
3 moradores	5.471	4.673	798
4 moradores	2.292	1.935	357
5 moradores	783	616	167
6 moradores	275	214	61

7 moradores	103	82	21
8 moradores	31	25	6
9 moradores	18	13	5
10 moradores	6	6	0
11 moradores	4	3	1
12 moradores	0	0	0
13 moradores	1	0	1
14 moradores	0	0	0
15 moradores ou mais	0	0	0
<b>Idade do chefe</b>			
10 a 14 anos	35	24	11
15 a 19 anos	724	620	104
20 a 24 anos	3.697	3.469	228
25 a 29 anos	5.730	5.281	449
30 a 34 anos	5.851	5.244	607
35 a 39 anos	4.617	4.015	602
40 a 44 anos	3.694	3.123	571
45 a 49 anos	2.681	2.220	461
50 a 54 anos	2.047	1.662	385
55 a 59 anos	1.722	1.421	301
60 a 64 anos	1.227	988	239
65 a 69 anos	810	624	186
70 a 74 anos	446	342	104
75 a 79 anos	234	179	55
80 a 84 anos	102	63	39
85 a 89 anos	30	18	12
90 a 94 anos	14	10	4
95 a 99 anos	2	1	1
100 anos e mais	0	0	0
Sem declaração	71	52	19
<b>Movimento migratório do chefe</b>			
Residia no município atual em 01.09.1991	27.947	24.034	3.913
Não residia no município atual em 01.09.1991	5.765	5.309	456
<b>UF em que residia</b>			
Rondônia	15	13	2
Acre	3	3	0
Amazonas	14	14	0
Roraima	1	1	0
Pará	144	131	13
Amapá	0	0	0
Tocantins	124	119	5
Maranhão	329	286	43
Piauí	524	478	46



Ceará	433	404	29
Rio Grande do Norte	85	80	5
Paraíba	204	196	8
Pernambuco	144	132	12
Alagoas	32	31	1
Sergipe	18	18	0
Bahia	856	802	54
Minas Gerais	941	863	78
Espírito Santo	31	29	2
Rio de Janeiro	181	168	13
São Paulo	149	132	17
Paraná	39	37	2
Santa Catarina	24	23	1
Rio Grande do Sul	55	51	4
Mato Grosso do Sul	25	22	3
Mato Grosso	54	50	4
Góias	1.267	1.164	103
Distrito Federal	0	0	0
País estrangeiro	45	37	8
Sem declaração	28	25	3
Sem declaração	22	13	9
<b>Anos de estudo do chefe</b>			
Sem instrução	5.108	4.371	737
Menos de 1 ano	425	353	72
1 ano	1.964	1.748	216
2 anos	2.618	2.308	310
3 anos	3.029	2.664	365
4 anos	5.861	5.244	617
5 anos	2.608	2.276	332
6 anos	1.096	959	137
7 anos	1.107	954	153
8 anos	2.751	2.362	389
9 anos	469	393	76
10 anos	538	460	78
11 anos	3.474	2.966	508
12 anos	108	94	14
13 anos	163	137	26
14 anos	227	186	41
15 anos	1.310	1.117	193
16 anos ou mais	648	560	88
Sem declaração	230	204	26
<b>Frequência à escola e escolaridade do chefe</b>			
Frequente escola (1)	875	709	166
Alfabetização de adultos	78	64	14

Pré-escolar	0	0	0
Primeiro grau	251	192	59
Primeira série	35	31	4
Segunda série	28	20	8
Terceira série	23	17	6
Quarta série	36	28	8
Quinta série	28	23	5
Sexta série	22	15	7
Sétima série	25	18	7
Oitava série	54	40	14
Sem declaração	0	0	0
Primeiro grau supletivo	161	137	24
Primeira série	15	13	2
Segunda série	18	16	2
Terceira série	12	9	3
Quarta série	26	22	4
Quinta série	15	14	1
Sexta série	11	7	4
Sétima série	8	6	2
Oitava série	11	9	2
Não seriado	45	41	4
Sem declaração	0	0	0
Segundo grau	152	120	32
Primeira série	48	38	10
Segunda série	58	45	13
Terceira série	45	36	9
Quarta série	0	0	0
Sem declaração	1	1	0
Segundo grau supletivo	40	30	10
Primeira série	8	5	3
Segunda série	7	5	2
Terceira série	6	5	1
Não seriado	19	15	4
Sem declaração	0	0	0
Pré-vestibular	8	7	1
Superior	170	146	24
Primeira série	25	22	3
Segunda série	43	37	6
Terceira série	41	34	7
Quarta série	38	35	3
Quinta série	16	14	2
Sexta série	4	1	3
Sem declaração	3	3	0
Mestrado/doutorado	7	6	1
Sem declaração	8	7	1

Não freqüenta escola (2)	32.817	28.611	4.206
Alfabetização de adultos	198	165	33
Pré-escolar	3	2	1
Primário	5.408	4.588	820
Primeira série	1.051	908	143
Segunda série	1.132	937	195
Terceira série	1.016	833	183
Quarta série	2.198	1.900	298
Quinta série	0	0	0
Sexta série	0	0	0
Sem declaração	11	10	1
Ginásial	823	665	158
Primeira série	217	172	45
Segunda série	107	85	22
Terceira série	100	87	13
Quarta série	399	321	78
Quinta série	0	0	0
Sem declaração	0	0	0
Primeiro grau	14.057	12.672	1.385
Primeira série	862	800	62
Segunda série	1.446	1.341	105
Terceira série	1.946	1.777	169
Quarta série	3.600	3.290	310
Quinta série	2.035	1.814	221
Sexta série	943	839	104
Sétima série	913	797	116
Oitava série	2.235	1.949	286
Nenhuma	53	45	8
Sem declaração	24	20	4
Primeiro grau supletivo	485	396	89
Primeira série	5	4	1
Segunda série	5	4	1
Terceira série	5	4	1
Quarta série	20	17	3
Quinta série	323	268	55
Sexta série	13	11	2
Sétima série	29	21	8
Oitava série	42	34	8
Não seriado	43	33	10
Sem declaração	0	0	0
Clássico/científico	295	239	56
Primeira série	17	12	5
Segunda série	25	21	4
Terceira série	242	196	46
Quarta série	1	0	1

Sem declaração	10	10	0
Segundo grau	3.957	3.398	559
Primeira série	327	282	45
Segunda série	447	385	62
Terceira série	3.169	2.721	448
Quarta série	3	1	2
Sem declaração	11	9	2
Segundo grau supletivo	103	82	21
Primeira série	9	6	3
Segunda série	7	6	1
Terceira série	34	26	8
Não seriado	51	43	8
Sem declaração	2	1	1
Superior	2.243	1.916	327
Primeira série	65	57	8
Segunda série	122	103	19
Terceira série	189	151	38
Quarta série	1.294	1.103	191
Quinta série	473	414	59
Sexta série	65	58	7
Sem declaração	35	30	5
Mestrado/doutorado	99	81	18
Sem declaração	38	36	2
Nunca freqüentou	5.108	4.371	737
Sem declaração	42	36	6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(1) Escolaridade: série e grau que freqüenta.

(2) Escolaridade: última série concluída e grau que freqüentou.